

**ÉLIDA NAYARA DIAS DE DEUS**

**O SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS COMO INCENTIVO ÀS  
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS À UNIÃO EUROPÉIA:  
OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em  
Relações Internacionais do Centro  
Universitário de Brasília – UniCEUB.

**Orientador: Professor José Gilberto  
Scandiucci Filho**

**Brasília – DF  
2003**

**ÉLIDA NAYARA DIAS DE DEUS**

**O SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS COMO INCENTIVO ÀS  
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS À UNIÃO EUROPÉIA:  
OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS**

Banca Examinadora:

---

Prof. José Gilberto Scandiucci Filho  
(Orientador)

---

Prof. Cláudio Ferreira da Silva  
(Membro)

---

Prof. Carlito Roberto Zanetti  
(Membro)

**Brasília – DF  
2003**

Aos meus queridos pais e irmãos, pelo apoio constante.

Élida

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus acima de tudo.

Quero também manifestar meu respeito e gratidão ao meu orientador, Prof. José Gilberto Scandiucci Filho, pelas observações e recomendações que me ajudaram a lapidar este trabalho.

Agradeço ainda, à Ana Cláudia Takatsu e a Sílvia Cícero da Silva (da equipe do Sistema Geral de Preferências no Brasil – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), que gentilmente cederam fontes de pesquisa a respeito do SGP, bem como prestaram informações relevantes sobre o tema.

Finalmente, expresso meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, tornaram possível a realização deste trabalho.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>vi</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>ORIGENS DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>FUNCIONAMENTO DO SISTEMA</b>	
<b>2.1. PAÍSES OUTORGANTES .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2. MÉTODOS E CONCESSÕES .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3. OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO .....</b>	<b>18</b>
<b>2.4. OBSTÁCULOS DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS .....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3.1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>3.2. OBSTÁCULOS DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS COMUNITÁRIO ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS .....</b>	<b>25</b>
3.2.1. OS REGIMES ESPECIAIS DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS COMUNITÁRIO .....	<b>26</b>
3.2.2. GRADUAÇÃO DE SETORES .....	<b>29</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>58</b>

## **RESUMO**

Este trabalho tem como finalidade demonstrar que, embora o Sistema Geral de Preferências (SGP) tenha sido instituído para ajudar os países em desenvolvimento a alcançar melhores níveis de desenvolvimento, promovendo exportações por meio do acesso preferencial aos mercados dos países desenvolvidos, condicionalidades vêm sendo estabelecidas pelos outorgantes, a exemplo da União Européia, dificultando o acesso ao benefício e desvirtuando o sistema de seu objetivo inicial.

A União Européia, sendo um dos maiores mercados do mundo e um dos mais importantes concedentes do SGP (juntamente com Estados Unidos, Japão e Canadá), é o outorgante que mais impõe condicionalidades e obstáculos para obtenção do tratamento preferencial. Os dispositivos restritivos e de cunho protecionista inseridos no Esquema do SGP comunitário vêm ferindo os princípios que deram origem ao SGP, impondo medidas discriminatórias em prejuízo aos países beneficiários em vias mais avançadas de desenvolvimento, como o Brasil, levando a suspensão dos benefícios justamente para os setores em que o país apresenta nível significativo de competitividade.

## INTRODUÇÃO

Criado em 1970, por meio de um acordo aprovado pela Junta de Comércio e Desenvolvimento da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), o Sistema Geral de Preferências (SGP) tem o objetivo de viabilizar o acesso de produtos originários de países em desenvolvimento aos mercados dos países desenvolvidos.

O SGP consiste em um acordo de concessões tarifárias, por meio do qual alguns países desenvolvidos concedem redução total ou parcial das alíquotas de imposto de importação incidentes sobre produtos originários nos países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos (LDCs) beneficiários desse sistema<sup>1</sup>.

Desde sua criação, os países desenvolvidos, membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>2</sup>, outorgam o benefício desse sistema, ao qual também aderiram alguns países do Leste Europeu, que, além disso,

---

<sup>1</sup> O termo “países menos desenvolvidos” ou “países de menor desenvolvimento relativo” (*Least Developed Countries - LDCs*) foi criado pelas Nações Unidas em 1971 para descrever os “mais pobres e os mais economicamente fracos entre as nações em desenvolvimento” em termos de seu baixo PIB per capita, do baixo nível de seus recursos humanos e da alta vulnerabilidade de sua economia. Atualmente são 49 os países classificados pelas Nações Unidas como menos desenvolvidos. É o caso de países como Afeganistão, Angola, Guiné Bissau e Haiti. Essa lista é revisada a cada três anos pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC) (Para um estudo mais detalhado, recomenda-se: UNCTAD, 2002a).

<sup>2</sup> A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), constituída em 1961, sucedeu à Organização Européia de Cooperação Econômica, criada para administrar a ajuda dos Estados Unidos e do Canadá, no Plano Marshall, ao processo de reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial. A organização, constituída atualmente por 30 países membros, tem por objetivo reforçar suas economias, promover a economia de mercado e desenvolver um sistema de trocas livres (OECD, 2002).

mostraram-se dispostos a aumentar, em seus programas de compras, as aquisições de produtos procedentes desse grupo de países (beneficiários).

O SGP pode ser considerado como um contraponto, estabelecido pela UNCTAD, ao sistema de comércio instituído pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), que propunha o acesso a mercados em bases recíprocas para países desenvolvidos e em desenvolvimento, indistintamente<sup>3</sup>. Esse sistema de comércio era considerado pelos países em desenvolvimento como um fator de estrangulamento de seu desenvolvimento econômico e, portanto, propiciador do agravamento das desigualdades (CUNHA, 1995: p. 11).

Quando concordaram em abrir seus mercados para produtos exportados pelos países em desenvolvimento, na Segunda Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD II), em 1968, os países desenvolvidos sublinharam que este benefício seria concedido em caráter precário e unilateral, sem implicar, portanto, uma obrigação, como são as concessões dos países sob a égide do GATT (BRASIL, 2003a).

Em mais de trinta anos de existência, o SGP tem representado importante instrumento de incentivo e dinamização das exportações brasileiras. A redução nas tarifas de importação é, evidentemente, fator relevante na composição do preço do produto a ser exportado.

Contudo, apesar de contar com o tratamento do SGP desde sua criação, o Brasil ainda encontra grandes dificuldades para a utilização efetiva e plena do benefício.

O objetivo deste trabalho é mostrar como a União Européia, um dos principais outorgantes do SGP, impõe grandes obstáculos para obtenção do benefício, principalmente quando se trata de países com maior potencial de desenvolvimento e competitividade nas exportações, a exemplo do Brasil, contrariando justamente a intenção original do SGP.

---

<sup>3</sup> O GATT e a UNCTAD foram, freqüentemente, vistos como organizações rivais, uma vez que atuaram em idênticas áreas de interesse, porém de forma muito diferente em termos de suas funções, atuações e ideologia.



O trabalho está dividido em três capítulos, além das conclusões finais. O Capítulo I dedica-se ao histórico do Sistema Geral de Preferências e aos esforços que possibilitaram o seu surgimento.

O Capítulo seguinte trata do funcionamento do Sistema Geral de Preferências como instrumento de incentivo às exportações, suas vantagens e condições de utilização.

Finalmente, o Capítulo III procura mostrar os empecilhos impostos pelo bloco europeu à utilização do sistema, dificultando a obtenção do benefício a tal ponto que os objetivos originais do sistema preferencial acabam anulados na prática.

## **CAPÍTULO I**

### **ORIGENS DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS**

Na década de 60, os governos de vários dos países em desenvolvimento (entre os quais o brasileiro) consideravam o sistema de comércio internacional como um sistema que lhes era prejudicial. Enquanto o comércio mundial duplicou de 1950 para 1960, a participação dos países em desenvolvimento reduziu-se de 41% para 30% (RODRIGUES, 2002).

Descontentes com os desequilíbrios verificados no comércio internacional, os países em desenvolvimento começaram a atuar, em 1961, numa frente de pressão diplomática sobre os países desenvolvidos, para a introdução de profundas alterações no sistema de comércio internacional implantado, com um apelo à realização, em caráter de urgência, de uma conferência internacional sobre o comércio e o desenvolvimento. O movimento partiu do bloco do Terceiro Mundo, conhecido por Grupo dos 77 (G-77)<sup>4</sup>, que considerava o GATT<sup>5</sup> como um “clube de nações ricas” e de interesse ocidental.

---

<sup>4</sup> Para atingir as reformas pretendidas, os países em desenvolvimento concentraram suas ações na UNCTAD, formando o Grupo dos 77, cujo nome foi cunhado pelos autores da "Joint Declaration of the Developing Countries", apresentada à Assembléia Geral das Nações Unidas em 1963. Além de referir-se ao número de países que formavam o grupo, o termo fazia alusão ao G-7, grupo formado pelos sete países mais fortes economicamente (RODRIGUES, 2002).

Contando com o apoio da União Soviética, dos países socialistas e dos países desenvolvidos “periféricos” (Austrália, Países Nórdicos, etc.) na Organização das Nações Unidas, os países em desenvolvimento iniciaram uma verdadeira batalha jurídica, até que a Resolução 917 convocou uma Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) (CALDAS, 1999: p. 163).

A primeira Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Comércio (UNCTAD I) foi, então, realizada entre 23 de Março e 16 de Junho de 1964, em Genebra, devido às pressões dos países em desenvolvimento que estavam insatisfeitos com a atuação do GATT e com sua capacidade de relacionar os seus problemas de desenvolvimento com as suas perspectivas comerciais.

A Conferência foi pautada pelo relatório *Towards a New Trade Policy for Development*, de autoria de Raúl Prebisch<sup>5</sup>, que viria a ser o primeiro Secretário-Geral da UNCTAD. O relatório procurava identificar os problemas fundamentais dos países em desenvolvimento, além de apresentar propostas de soluções.

Prebisch já era conhecido como crítico ao modelo de integração sustentado pelo GATT, acreditando que os países em desenvolvimento necessitavam de acesso privilegiado, em bases não recíprocas, aos mercados dos países desenvolvidos, uma vez que eram inteiramente dependentes das exportações das suas matérias-primas e de seus produtos semi-manufaturados, estando relegados para uma posição de dependência em relação ao mundo industrializado.

Prebisch trouxe a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para o centro do debate mundial e suas idéias formaram o núcleo do

---

<sup>5</sup> O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), criado na esteira das reuniões de Bretton Woods de 1944, tinha a função de regular provisoriamente as relações comerciais internacionais, mas se tornou o instrumento que, de fato, regulamentou por mais de quatro décadas as relações comerciais multilaterais (SEINTENFUS, 2000: p. 160-162).

<sup>6</sup> A corrente estruturalista defendida por Raúl Prebisch argumenta que a economia mundial é composta por um núcleo ou centro de países altamente industrializados e por uma imensa periferia subdesenvolvida. O progresso técnico, que permitiu a melhoria da produtividade e o desenvolvimento econômico, seria a força propulsora do sistema. O avanço técnico, entretanto, teria acarretado consequências diferentes para o centro industrializado da periferia não-industrializada, devido às características estruturais das economias menos desenvolvidas e à divisão internacional do trabalho, herdada do passado. Por outro lado, os estruturalistas defendem que a economia liberal, tende a manter, ou mesmo a aumentar, as desigualdades entre as economias desenvolvidas e as menos desenvolvidas (RODRIGUES, 2002).

pensamento do G-77<sup>7</sup>. Partindo da idéia de que o GATT era um instrumento de controle econômico dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento, a ata final da UNCTAD I propôs a criação de Acordos Internacionais de matérias-primas e o fim das preferências discriminatórias, como as existentes entre a Comunidade Européia e suas ex-colônias (CALDAS & AMARAL, 1998: p. 137).

O sistema de comércio instituído pelo GATT mostrava-se desigual em seu funcionamento. Um exemplo era a “cláusula da nação mais favorecida” (art. I do GATT), a qual estabelecia que países desenvolvidos e em desenvolvimento, indistintamente, deveriam beneficiar-se de reduções alfandegárias totais ou parciais. Tendo em vista as fortes disparidades de potencial econômico e comercial entre nações desenvolvidas e nações em desenvolvimento, o sistema revelava-se alheio a objetivos de desenvolvimento.

A UNCTAD propunha a criação de um sistema de preferências mediante o qual os países em desenvolvimento teriam acesso irrestrito ao mercado dos países desenvolvidos, sem a exigência de contrapartida ou de reciprocidade.

A proposta encontrou a oposição de vários países, especialmente dos Estados Unidos, os quais resistiram ao abandono, ainda que relativo, do princípio da nação mais favorecida nas relações comerciais internacionais. Os Estados Unidos não admitiam que países que representavam apenas 20% do comércio internacional pudessem estabelecer regras gerais.

Outros países desenvolvidos, como a França, não se opuseram ao princípio da concessão de preferência, mas não aceitaram tampouco seu caráter indiscriminado e generalizado. Propunham antes a concessão de preferências seletivas, para que houvesse uma conexão com aquelas já concedidas, a exemplo das Convenções de laundé<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi fundada em 1946, por iniciativa do economista argentino Raul Prebisch. A CEPAL é uma das comissões regionais das Nações Unidas, sediada em Santiago do Chile, encarregada de contribuir para o desenvolvimento dos países da América Latina (Sítio CEPAL: [www.eclac.cl](http://www.eclac.cl)).

<sup>8</sup> As Convenções de laundé I e II, assinadas em 1963 e 1969, constituíram uma associação entre a Comunidade Econômica Européia (CEE) e 18 ex-colônias africanas, garantindo vantagens comerciais aqueles países. As Convenções de Lomé, que se seguiram às de laundé, aplicam-se atualmente a 70 países da África, do Caribe e do Pacífico (chamados países ACP) (CASTILHO, 2000).

Mesmo alguns países em desenvolvimento mostraram-se contrários à concessão de preferências indiscriminadas e generalizadas, que poderiam se revelar demasiado abrangentes. Esses países temiam a perda das preferências, as quais já os beneficiavam.

Durante a UNCTAD I, a Comunidade Européia foi acusada de causar distorções no comércio de produtos primários, prejudicando os interesses da América Latina. Embora reconhecesse as distorções causadas pela Conferência de laundé e pelo Sistema Imperial de Preferências<sup>9</sup>, a Europa se recusou a eliminá-las e, ao contrário, estendeu-os aos países do Caribe e Pacífico.

Entretanto, com o apoio de parte dos países desenvolvidos europeus e a Austrália, negociou-se um sistema de preferências em benefício das nações em desenvolvimento, o que forçou os Estados Unidos a tomarem parte nas negociações, a fim de influenciarem o texto final. Os americanos levaram a discussão e a implementação para o foro do GATT, que consideravam mais confiável. Conseguiram, por exemplo, transformar o sistema de preferências, que deveria ser internacional, em um programa nacional administrado pelo país outorgante (CALDAS & AMARAL, 1998. p. 164).

Na segunda Conferência (UNCTAD II), realizada em 1968, os países desenvolvidos concordaram em abrir seus mercados para produtos procedentes dos países em desenvolvimento, com a restrição, solicitada pelos próprios países desenvolvidos, de que o benefício seria concedido em caráter precário e unilateral, sem constituir portanto em uma obrigação, como são as concessões dos países sob a égide do GATT<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> O Sistema Imperial de Preferências, instituído pela Grã-Bretanha em 1932, estabelecia tarifas preferenciais sobre as importações de matérias-primas oriundas das colônias do império britânico e regulava as exportações de produtos manufaturados para aquelas áreas (Tariff. In: The Columbia Encyclopedia, 2001).

<sup>10</sup> Os Estados Unidos decidiram aceitar o sistema de preferências por temerem que, caso os países desenvolvidos não aceitassem formalmente o princípio das preferências generalizadas, a Comunidade Européia pudesse conceder preferências discriminantes, exigindo reciprocidade. Isso poderia criar uma tendência para a regionalização do comércio mundial, com prejuízo para as exportações norte-americanas. Os norte-americanos só introduziram o sistema em 1976, após a Comunidade ter concordado com a eliminação das preferências recíprocas que vinham usufruindo por força das Convenções de laundé (CUNHA, 1995: p. 20, 187).

Em outras palavras, cada país concedente poderia implantar o modelo que julgasse mais conveniente aos seus interesses, definindo inclusive quais países poderiam ser classificados como “em vias de desenvolvimento” e quais países poderiam obter o direito à preferência. Os Estados Unidos adotaram o conceito de “*graduation*”, segundo o qual os países beneficiários de maior desenvolvimento relativo perderiam progressivamente o direito de acesso ao mercado norte-americano. Na prática, a adoção desse conceito resultou em um eficiente instrumento de barganha.

Estava criado, então, o Sistema Geral de Preferências, ao abrigo do qual os países industrializados concederiam preferências comerciais autônomas aos países em desenvolvimento.

No entanto, a aplicação do sistema requeria a derrogação do artigo 1º do GATT, por constituir violação ao preceito da não discriminação (princípio da nação mais favorecida), segundo o qual todas as preferências aplicadas a um terceiro país devem ser automaticamente estendidas às demais partes contratantes.

A derrogação foi concedida em 1971 durante a Rodada Tóquio, quando as partes contratantes do GATT adotaram a chamada *Enabling Clause* (Cláusula de Habilitação), criando o quadro jurídico para o Sistema Geral de Preferências.

A Cláusula de Habilitação foi adotada inicialmente por um período de dez anos e prorrogada em 1979, por tempo indefinido. De acordo com a cláusula, o tratamento preferencial do SGP deve ter caráter geral, não pode ser discriminatório ou recíproco e deverá ser autônomo. Embora se autorize a discriminação em favor dos países em desenvolvimento, não deverá existir discriminação entre eles, exceto em relação aos países menos desenvolvidos – os LDCs, para os quais foi garantido tratamento especial dentro do próprio SGP. Além disso, as preferências não podem ser negociadas nem concedidas no âmbito de um acordo em que os países beneficiários fazem concessões mútuas (BRASIL, 2003a).

O capítulo seguinte tratará dos aspectos gerais do funcionamento do SGP, bem como as regras gerais para utilização desse benefício.

## **CAPÍTULO II**

### **FUNCIONAMENTO DO SISTEMA**

#### **2.1. PAÍSES OUTORGANTES**

Atualmente, são 16 os países que outorgam o Sistema Geral de Preferências, além da União Européia<sup>11</sup> e respectivos territórios aduaneiros: Austrália, Bielorrússia, Bulgária, Canadá, Eslováquia, Estônia, Estados Unidos da América, Federação Russa, Hungria, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, República Tcheca, Suíça e Turquia<sup>12</sup>.

Baseando-se nas listas formuladas por cada outorgante, a UNCTAD listou, em 2001, cerca de 210 países como beneficiários do SGP, entre países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, e territórios (Anexo I). Cabe lembrar,

---

<sup>11</sup> A União Européia é, atualmente, formada por Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Irlanda, Suécia e República Federal da Alemanha. Embora a União Européia tenha ratificado, durante a Cúpula de Atenas, em abril de 2003, a adesão de mais 10 países ao bloco, entre eles Hungria, República Tcheca, Eslováquia e Estônia, a integração definitiva ainda depende da realização de plebiscitos naqueles países e, somente se concretizará a partir de maio de 2004, ano em que vencerá o prazo de vigência do atual esquema do SGP comunitário.

entretanto, que fica a cargo de cada outorgante estabelecer sua própria lista de beneficiários.

## 2.2. MÉTODOS DE CONCESSÕES

Os países outorgantes, atualmente, utilizam, para identificar os produtos amparados pelo tratamento preferencial, o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH) <sup>13</sup>, aprovado pela Organização Mundial de Aduanas (OMA) e em vigor desde 1º de janeiro de 1988 (BRASIL, 2003a).

Os outorgantes contemplam com tarifas preferenciais produtos agrícolas (capítulos 01 a 24 do Sistema Harmonizado) ou industriais (capítulos 25 a 97 do SH) constantes em suas listas positivas **ou** não expressamente mencionados em listas negativas.

As listas em que cada concedente do SGP relaciona os produtos beneficiados são chamadas de Esquemas (*Schemes*), onde também são expostas as condições exigidas para que haja o tratamento preferencial. As listas diferem em seu conteúdo e em sua aplicação, embora possam conter elementos em comum.

Para verificar se um produto tem direito ao tratamento preferencial no âmbito do SGP, é imprescindível a classificação tarifária correta desse produto no Sistema Harmonizado. O SH institui a classificação em seis dígitos, que são desmembrados pelos países, agregando-se dois ou mais dígitos para compor a nomenclatura final

---

<sup>12</sup> A Austrália e a Polônia, segundo seus esquemas, não outorgam o tratamento do SPG para o Brasil.

<sup>13</sup> O Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias ou, simplesmente, Sistema Harmonizado, foi concebido em convenção internacional realizada pelo Conselho de Cooperação Aduaneira (CCA). Trata-se de uma nomenclatura estruturada sistematicamente numa lista ordenada de 96 Capítulos agrupados dentro de 21 Seções. Cada Capítulo contém várias Posições, que por sua vez, são em sua maioria, subdivididas em Subposições. Todos em conjunto asseguram a classificação uniforme de mais de 5.000 grupos de mercadorias no comércio internacional.



estabelecida por cada país.

Os primeiros 6 dígitos guardam total correspondência com as subposições tarifárias da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que é a nomenclatura para mercadorias utilizada pelo Brasil. Entretanto, os itens e subitens (sétimo e oitavo dígitos), por vezes indicados em tais listas, correspondem a desdobramentos particulares das tarifas aduaneiras dos países outorgantes de preferências (BRASIL, 2003a).

O imposto preferencial é obtido por meio de uma redução percentual da tarifa de importação vigente no país outorgante para o produto beneficiado. Esta redução pode ser de até 100%; nestes casos, a tarifa de importação final é igual a zero<sup>14</sup>.

Alguns países dispõem em seus Esquemas tanto da tarifa comum como da tarifa preferencial para cada produto, facilitando a consulta. Outros estabelecem apenas uma redução percentual válida para todos os produtos de suas listas de benefícios ou para grupos distribuídos.

O Esquema norte-americano é o mais simples. Os Estados Unidos estabelecem alíquota final zero a todos os produtos incluídos em seu SGP. Canadá e Japão, por sua vez, publicam Listas Positivas, em que mencionam os produtos para os quais se concede o benefício, e Listas Negativas, em que definem o universo dos produtos beneficiados, mencionando aqueles que não recebem o tratamento.

Já a União Européia adotou um Esquema que combina elementos de Lista Negativa (tendo em vista diferenciar países)<sup>15</sup> com Lista Positiva de produtos. Canadá, Japão e Comunidade Européia utilizam margens de preferência variadas de acordo com o produto.

<sup>14</sup> O cálculo da alíquota do imposto de importação preferencial pode ser obtido da seguinte maneira: Se considerarmos que um determinado país, outorgante do SGP, estabelece alíquota normal para um produto, quando de sua importação, de 30% e a margem de preferência outorgada seja em 50%:

<i>Cálculo:</i>	alíquota de imposto de importação do produto:	30%
	preferência (50%)	50% (desconto) = 15%
	imposto preferencial	30% - 15% = 15%

<sup>15</sup> A adoção de listas de exclusão de países contrasta com o princípio da não discriminação da Cláusula de Habilitação, mencionada no capítulo anterior.

## **2.3. OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO**

O tratamento preferencial do SGP é concedido mediante o atendimento das condições determinadas pelos países outorgantes, que envolvem regras de origem, condições de transporte e documentação.

As regras de origem dizem respeito ao produto a ser exportado com o tratamento do SGP. Devem ser cumpridas as seguintes condições básicas:

- a) o produto deve constar das listas positivas de mercadorias com direito ao benefício ou não estar expressamente mencionado em suas listas negativas;  
e
- b) o produto deve ser originário do país beneficiário exportador.

Para serem considerados originários, os produtos devem atender às regras de origem determinadas pelos países outorgantes. Para efeitos de obtenção da preferência tarifária os produtos são classificados em:

- a) totalmente obtidos no país beneficiário; ou
- b) obtidos no país beneficiário, e em cujo fabrico sejam utilizados produtos com insumos de importação (isto é, manufaturados com materiais, peças ou componentes importados), desde que esses produtos tenham sido submetidos a uma transformação substancial, ou seja, uma transformação que altere substancialmente sua natureza e características.

Quanto às condições de transporte, os países de destino estabelecem, em geral, que as mercadorias devem ser transportadas diretamente do país exportador para o país importador. Entretanto, a maioria dos países outorgantes permite o trânsito por um ou vários países intermediários, desde que atendidas determinadas condições. Para a Austrália, não é exigido o transporte direto.

Para impedir que os benefícios do SGP sejam apropriados por outros países, é requerida a apresentação do Certificado de Origem Formulário A (*Form A*), cujo modelo uniforme foi aprovado pela UNCTAD (ver Anexo II)<sup>16</sup>. Todos os outorgantes do SGP, à exceção dos Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia, exigem a chancela governamental na emissão do Formulário A. No caso dos Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia, o próprio exportador poderá emitir o Certificado.

As autoridades alfandegárias dos países outorgantes poderão, a qualquer momento ou sempre que se fizer necessário, solicitar às autoridades centrais dos países beneficiários informações quanto à origem de produtos exportados no âmbito do SGP.

No caso do Brasil, a comprovação de origem junto às autoridades alfandegárias estrangeiras está a cargo da Secretaria de Comércio Exterior, por meio do Departamento de Negociações Internacionais. Tal comprovação é realizada por meio do Quadro Demonstrativo do Preço do produto exportado (modelo disponível nas unidades emissoras do *Form A*), no qual são listadas as matérias utilizadas para obtenção do produto final. O referido quadro deverá comprovar que foram atendidas as Regras de Origem estabelecidas pelo país importador, tendo em vista que o não atendimento dos requisitos implicará a perda do benefício por parte do exportador brasileiro.

Embora as regras de origem devam ser suficientemente rigorosas para evitar o desvio de tráfego comercial entre os países desenvolvidos, por outro lado, conforme ressalta Cunha (1995, p. 183), tais regras não devem ser tão rigorosas que contenham exigências de difícil cumprimento para os países beneficiários, o que frustraria os objetivos do sistema preferencial.

---

<sup>16</sup> O Certificado é o documento exigido para a solicitação do tratamento preferencial do SGP e a simultânea comprovação de origem da mercadoria junto às alfândegas estrangeiras. Emitido por agências do Banco do Brasil que prestam serviços relacionados ao comércio exterior, o documento deve ser preenchido em inglês ou francês, sem qualquer rasura ou emenda. O Banco do Brasil S.A. é o único órgão brasileiro credenciado para emitir o Certificado de Origem Formulário A.

## **2.4. OBSTÁCULOS PARA OBTENÇÃO DO TRATAMENTO DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS**

Conforme mencionado no início deste trabalho, o objetivo do SGP é fomentar o acesso aos mercados dos países desenvolvidos mediante a concessão de preferências tarifárias sobre as importações dos produtos procedentes e originários dos países em desenvolvimento.

No entanto, com o passar do tempo, os países desenvolvidos, alegando que os países em desenvolvimento não poderiam ser tratados indistintamente, introduziram elementos nos seus Esquemas que, na prática, levaram à exclusão de setores, à medida que esses se tornavam mais competitivos, e à discriminação de países, a exemplo do tratamento especial direcionado aos países produtores de drogas, no caso do SGP da Comunidade Européia e dos Estados Unidos (HONÓRIO, 2002).

Embora seja outorgado por 31 países diferentes, o SGP, por se tratar de uma concessão de caráter unilateral, apresenta particularidades de país para país. O governo dos Estados Unidos, por exemplo, renova as listas de preferências daquele país todos os anos, enquanto o Canadá o faz a cada quatro anos.

Os Estados Unidos fazem a revisão anual do seu SGP para incorporar produtos solicitados pelos exportadores ou retirar produtos solicitados pelo setor privado. Outros, como Japão e União Européia, por outro lado, divulgam suas listas sem informações explícitas oriundas dos exportadores.

O caráter precário e unilateral do sistema gera incertezas para o exportador, que desconhece se haverá continuidade da preferência. Além disso, o fato de as condições para obtenção do tratamento preferencial variarem conforme o outorgante dificulta o acesso ao benefício, em razão dos altos custos de adequação de produção e logística exportadora dos beneficiários às diferentes condições estabelecidas pelos

concedentes do SGP<sup>17</sup>.

O programa do SGP da União Européia é, por sua vez, o que apresenta maiores dificuldades para que o exportador obtenha o benefício, ao possuir diversos regimes discriminatórios que, em sua maioria, retiram preferências de países mais competitivos, como o Brasil. O SGP comunitário foi perdendo seu caráter gratuito devido à introdução de condicionalidades quanto à proteção do meio ambiente e direitos trabalhistas, introduzidos no Esquema.

As contradições contidas no SGP da Comunidade Européia levaram a Índia a entrar, em 2002, com um *Panel* na OMC contra o esquema da Comunidade. A Índia sustenta que o programa do SGP europeu fere, ao mesmo tempo, o princípio da nação mais favorecida (art. I do GATT) e a Cláusula da Habilitação.

A Comunidade Européia estaria ferindo a cláusula da nação mais favorecida no que diz respeito ao conceito da não-discriminação. Por outro lado, estaria desrespeitando a Cláusula de Habilitação que proíbe a discriminação entre os países desenvolvidos no âmbito das preferências, exceto quando se tratar dos países menos desenvolvidos, os LDCs.

O próximo capítulo versará mais detalhadamente sobre as dificuldades impostas arbitrariamente pela União Européia ao acesso às preferências do SGP comunitário.

---

<sup>17</sup> Para obterem acesso ao SGP dos Estados Unidos, por exemplo, os países beneficiários devem preencher cumulativamente, uma série de condições positivas e negativas, entre as quais se contam a garantia de um razoável e eqüitativo acesso aos respectivos mercados por parte dos produtores norte-americanos (o que fere o princípio da não reciprocidade, estabelecido pela Cláusula de Habilitação), a não participação em cartéis internacionais, como a OPEP, e a proteção ao investimento norte-americano. Está excluída do sistema uma longa série de produtos, entre os quais se contam têxteis e vestuário, abrangidos por acordos internacionais, além de calçados (CUNHA, 1995: p. 187).

## **CAPÍTULO III**

### **O SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS DA UNIÃO EUROPÉIA**

#### **3.1. INTRODUÇÃO**

A União Européia representa um importante mercado para os produtos brasileiros, uma vez que constitui um dos principais parceiros comerciais do Brasil. O SGP comunitário é o principal mecanismo de que dispõem os exportadores brasileiros para ofertar seus produtos aquele mercado com preços mais competitivos, tendo em vista que os importadores europeus tendem a optar, caso todas as outras condições sejam idênticas, pelas exportações que recebem tratamento alfandegário preferencial, isto é, reduções dos impostos de importação<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> A União Européia possui atualmente acordos comerciais com praticamente todos os países do mundo. Suas relações externas se caracterizam pela existência de diversos acordos comerciais, que obedecem a uma hierarquia de preferências. Os países mais favorecidos, constituindo o topo dessa hierarquia, são os vizinhos da Europa do Leste, da Europa do Norte e os da África do Norte, bem como as ex-colônias da África, Caribe e Pacífico (ACP). Em seguida estão os países em desenvolvimento, que se beneficiam do SGP, a exemplo do Brasil (IPEA/CEPAL, 2001: p. 307 e 308).

De acordo com dados obtidos por meio do Sistema Alice-Web<sup>19</sup>, em 2002, cerca de 25% das exportações brasileiras dirigiram-se para o bloco europeu, no valor de US\$ 15,1 bilhões. Dos 100 principais produtos dessa pauta (cerca de US\$ 12 bilhões), pelo menos 50 produtos constam nas listas de benefícios do SGP comunitário, o que corresponde a aproximadamente US\$ 4,2 bilhões. Esses dados estão descritos no Anexo V deste trabalho<sup>20</sup>.

Os principais produtos beneficiados pelo SGP comunitário exportados para aquele mercado, em 2002, foram grãos de soja (US\$ 1,7 bilhão), óleos brutos de petróleo (US\$ 388 milhões), motores de explosão para veículos (US\$ 226 milhões); outras madeiras compensadas (US\$ 122 milhões), ferronióbio (US\$ 109 milhões), entre outros.

Os dados foram semelhantes em 2001. O Brasil exportou US\$ 14,8 bilhões para a União Européia, cerca de US\$ 300 milhões a menos que no ano seguinte, sendo que dos 100 principais produtos, 38 estavam amparados pelo SGP comunitário. A exportação desses 38 produtos foi calculada em cerca de US\$ 1,8 bilhão.

As vendas brasileiras com destino ao mercado europeu, portanto, tiveram crescimento significativo no ano de 2002, bem como também cresceu o número de produtos incluídos nas listas de benefícios do SGP entre os principais produtos da pauta de exportação brasileira, o que pode ter assegurado importantes reduções nos custos de exportações para o Brasil.

No entanto, o esquema do SGP comunitário, é, entre todos os esquemas dos outorgantes desse sistema, o que apresenta as maiores limitações para obtenção do

---

<sup>19</sup> O Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior, denominado ALICE-Web, da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), é um programa de acesso a dados estatísticos das exportações e importações brasileiras, atualizado mensalmente, quando da divulgação da balança comercial, e que tem por base os dados obtidos a partir do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), sistema que administra o comércio exterior brasileiro (Site MDIC: [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)).

<sup>20</sup> Ressalte-se que o benefício indicado aos 50 produtos no Anexo não asseguram que sua exportação tenha sido realizada no âmbito do SGP, tendo em vista que somente são contemplados com a preferência aqueles produtos que cumprem com as regras de origem estabelecidas pela União Européia. Além disso, um fator que torna pouco precisa a apuração dos benefícios concedidos ao Brasil pelo SGP é o fato de que o preenchimento do campo "Código Enquadramento" do Registro de Exportação (RE) com o código 80116 (referente ao SGP) não é obrigatório.

benefício, especialmente quando se trata de um país beneficiário mais competitivo, como é o caso do Brasil.

O atual esquema do SGP da União Européia tem vigência entre 1º de janeiro de 2002 e 31 de dezembro de 2004. A União Européia lista cerca de 179 países como beneficiários de seu SGP (Anexo III)<sup>21</sup>.

As preferências são diferenciadas em função da sensibilidade dos produtos. A classificação dos produtos em sensíveis e não sensíveis está relacionada ao tipo de preferência concedida a cada categoria, em função da vulnerabilidade do produtor europeu à importação do produto<sup>22</sup>.

As tarifas *ad valorem* aplicáveis aos produtos não sensíveis obtêm preferência de 100%. As tarifas *ad valorem* aplicáveis aos produtos sensíveis, por sua vez, sofrem uma redução de 3,5 pontos percentuais. Essa redução é, contudo, de 20% para os produtos dos capítulos 50 a 63 do Sistema Harmonizado<sup>23</sup>. As tarifas específicas da pauta aduaneira comunitária, aplicáveis aos produtos sensíveis, por sua vez, sofrem uma redução de 30%<sup>24</sup>.

O SGP comunitário é constituído de cinco regimes, conforme prevê o artigo 1º do Regulamento (CE) n.º 2501/2001 do Conselho da Comunidade Européia:

- Regime geral;

---

<sup>21</sup> O esquema do SGP da Comunidade Européia está definido pelo Regulamento (CE) n.º 2501/2001 do Conselho. No Brasil a Circular n.º 17/2002, publicada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), regula o SGP comunitário (BRASIL, 2002a).

<sup>22</sup> Os produtos sensíveis são aqueles que perturbam o mercado comunitário, isto é, que ameaçam a viabilidade dos produtores comunitários e resultam em prejuízo ao mercado europeu. Entre os produtos sensíveis, destacam-se têxteis, vestuário, calçados, produtos químicos, relógios, produtos siderúrgicos e algumas máquinas eletrônicas. Os produtos não sensíveis, por sua vez, são aqueles em que os países em desenvolvimento não têm vantagem comparativa, o que representaria uma espécie de salvaguarda para os produtores comunitários (CUNHA, 1995: p. 174).

<sup>23</sup> Os capítulos 50 a 63 contêm os produtos têxteis, tais como lã, outros pêlos de animais, algodão, outras fibras têxteis vegetais, filamentos sintéticos ou artificiais, fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, pastas, feltros e falsos tecidos, tecidos especiais, rendas, tapeçarias, bordados, tecidos de malha, vestuário e acessórios de malha, outros artefatos têxteis confeccionados, vestuário usado e artigos têxteis usados. Cabe ressaltar que os impostos são totalmente suspensos sempre que do tratamento preferencial resultarem tarifas *ad valorem* iguais ou inferiores a 1%, ou tarifas específicas iguais ou inferiores a 2 euros. (Regulamento (CE) n.º 2501/2001 do Conselho: I-11).

<sup>24</sup> Tarifa específica é o nome que, em oposição à tarifa *ad valorem*, é dado à tarifa fixada num montante determinado de unidades monetárias. Sempre que as tarifas aplicáveis a produtos sensíveis compreendam tarifas *ad valorem* e específicas, as tarifas específicas não serão reduzidas.



- Regime especial de incentivo à proteção dos direitos dos trabalhadores;
- Regime especial de incentivo à proteção do ambiente;
- Regime especial em favor dos países menos desenvolvidos (aos LDCs); e
- Regime especial de luta contra a produção e o tráfico de droga.

É verdade que o Sistema Geral de Preferências foi criado para oferecer aos países em desenvolvimento meios de incrementar seus ganhos em exportações e, portanto, promover o desenvolvimento e a industrialização. Entretanto, a introdução de elementos que envolvem a exclusão de setores<sup>25</sup> e a discriminação de país no SGP da Comunidade Européia parecem desvirtuar o sistema da idéia original de seus criadores.

O presente capítulo procura demonstrar que existem pelo menos dois obstáculos principais ao bom aproveitamento do SGP como incentivo às exportações brasileiras à União Européia:

1. a existência de regimes especiais, que favorecem terceiros países, com prejuízo às exportações brasileiras; e
2. o mecanismo de Graduação de Setores.

### **3.2. OBSTÁCULOS DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS COMUNITÁRIO ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**

Conforme mencionado no Capítulo I, a Cláusula de Habilitação, que concedeu respaldo legal ao SGP, dispõe que o tratamento preferencial não pode ser recíproco, não pode ser discriminatório, exceto em benefício dos países menos

desenvolvidos, e, ainda, não pode ser negociado nem concedido no âmbito de um acordo ao abrigo do qual os países beneficiários fazem concessões mútuas (unilateralidade).

No entanto, mesmo tendo a Cláusula de Habilitação condicionado o caráter não discriminatório e unilateral, pelo menos três dos cinco regimes do SGP comunitário – Regime Especial de Incentivo à Proteção dos Direitos dos Trabalhadores; Regime Especial de Incentivo à Proteção do Ambiente; e Regime Especial de Luta contra a Produção e o Tráfico de Droga (Regime Drogas) – podem ser considerados como uma transgressão da referida Cláusula, uma vez que são discriminatórios e condicionados. Além disso, a graduação de setores também coloca restrições práticas à concessão de preferências.

O restante desta seção estudará os problemas que têm impedido o Brasil de utilizar eficientemente o tratamento preferencial do SGP comunitário.

### **3.2.1. OS REGIMES ESPECIAIS DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS COMUNITÁRIO**

Como visto, são previstos quatro regimes especiais, além do regime geral, no SGP comunitário. Com exceção do Regime Especial em favor dos Países Menos Desenvolvidos, esses regimes especiais favorecem terceiros países, com prejuízo evidente às exportações brasileiras. Os chamados regimes especiais de incentivo, referentes aos direitos dos trabalhadores e à proteção do meio ambiente, estabelecem preferências discriminatórias em relação àquelas propostas no Regime Geral<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> A União Européia distribuiu em 23 setores (enumerados em algarismos romanos) os produtos classificados de acordo com o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH). A definição de setores estabelecida pela Comunidade Européia consta no Anexo IV deste trabalho.

<sup>26</sup> O Brasil está incluído apenas no Regime Geral do SGP comunitário.

De acordo com o Regulamento (CE) 2501/2001, o Regime Especial de Incentivo à Proteção dos Direitos dos Trabalhadores pode ser concedido a um país cuja legislação incorpore e aplique efetivamente o conteúdo material das normas definidas nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT):

- n.<sup>os</sup> 29 e 105, relativas ao trabalho forçado;
- n.<sup>os</sup> 87 e 98, relativas à liberdade de associação e ao direito à negociação coletiva;
- n.<sup>os</sup> 100 e 111, relativas à não discriminação em matéria de emprego e profissão; e
- n.<sup>os</sup> 138 e 182, relativas ao trabalho infantil.

O Regime Especial de Incentivo à Proteção do Ambiente diz respeito aos produtos oriundos das florestas tropicais. Pode ser concedido a um país que aplique efetivamente legislação nacional que tenha incorporado conteúdo material das normas e recomendações internacionalmente aceitas em matéria de gestão sustentável das florestas tropicais.

São aplicáveis reduções maiores, em relação àquelas oferecidas no Regime Geral, aos produtos originários de um país que se beneficie desses regimes especiais ou ao qual tenham sido posteriormente concedidas as preferências de tais regimes, por decisão tomada pela Comissão Européia, para o setor em causa.

No âmbito dos referidos regimes, por exemplo, as tarifas da pauta aduaneira comunitária sobre os produtos sensíveis sofrem redução adicional de 5 pontos percentuais, atingindo uma redução total de 8,5 pontos percentuais. Essa redução é de 3,5 pontos percentuais no âmbito do Regime Geral, conforme mencionado no item 3.1 deste capítulo<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> O exemplo da “*margarina*”, classificada com a Nomenclatura Comunitária (NC) 1517.10.10.00, pode ilustrar este problema. A tarifa de importação vigente para tal produto é de 8,3% + 28,4 EUR/100 kg. O SGP comunitário concede ao Brasil uma redução de 3,5 pontos percentuais sobre tal tarifa de importação, com uma tarifa final de 4,8% + 28,4 EUR/100 kg. Para países que se beneficiem destes dois regimes especiais, entretanto, ao mesmo produto pode-se aplicar uma tarifa ainda menor, de 0% + 28,4 EUR/100 kg, ou seja, redução de 8,5 pontos percentuais da alíquota vigente (Sítio TARIC [http://europa.eu.int/comm/taxation\\_customs/dds/en/tarhome.htm](http://europa.eu.int/comm/taxation_customs/dds/en/tarhome.htm)).

De acordo com o Esquema do SGP europeu, a República da Moldávia, país menos desenvolvido – LDC, é beneficiário do regime de proteção ao direito dos trabalhadores para o setor X (Capítulo 15 – Gorduras, óleos e ceras). Entretanto, qualquer país, ainda que não seja classificado como LDC, poderá solicitar a concessão deste benefício discriminatório para um determinado setor, no âmbito do SGP, caracterizando-se, portanto, a discriminação arbitrária entre os beneficiários do sistema.

Os impostos incidentes sobre produtos sensíveis amparados pelo Regime Especial de Luta Contra a Produção e o Tráfico de Droga (Regime Drogas), por sua vez, são suspensos em sua totalidade, isto é, a tarifa de importação final é igual a zero.

A União Européia concedeu, em 1990, o acesso, com isenção de impostos de importações, de certos produtos originários da Bolívia, da Colômbia, do Equador, do Peru e, mais tarde, da Venezuela. Posteriormente, as disposições especiais foram estendidas aos Estados-Membros do Mercado Comum Centro-Americano (Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador), bem como ao Panamá, e, mais recentemente, ao Paquistão. Cabe ressaltar que nenhum desses países é classificado como de menor desenvolvimento pelo SGP da União Européia.

Boa parte dos produtos cobertos pelo Regime Geral com uma redução tarifária, ou seja, produtos classificados como sensíveis, está incluída no Regime Drogas com isenção do imposto de importação para os países produtores de drogas, conforme o Anexo VI deste trabalho<sup>28</sup>.

Os países da Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), por exemplo, obtêm isenção de impostos de importação sobre cerca de 45% de suas vendas sob o SGP comunitário. No caso do Chile, cerca de 70% das exportações ao bloco europeu são com tarifa final zero.

Como visto, 50 dos 100 principais produtos brasileiros exportados para o mercado comunitário em 2002 constam nas listas de benefícios do SGP da União

---

<sup>28</sup> Tendo em vista que o Brasil somente se beneficia do Regime Geral do SGP comunitário e considerando que o Regime Drogas poderia estar causando desvio de comércio em prejuízo às exportações brasileiras, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) publicou consulta pública, por meio da Circular n.º 46, de 28/10/2002, a fim de avaliar os impactos que tal regime poderia ter causado as nossas exportações (BRASIL, 2002b).

Européia. Contudo, pelo menos 17 desses 50 produtos são cobertos pelo Regime Drogas, sendo que, neste caso, enquanto o Brasil recebe redução do imposto de importação, os países incluídos no referido Regime são contemplados com a isenção tarifária.

Os regimes de incentivo, portanto, claramente se opõem ao princípio da não discriminação imposto pela Cláusula de Habilitação ao instituírem alíquotas de preferências discriminatórias.

Esses regimes discriminam países como o Brasil justamente naqueles setores em que o país se mostra mais competitivo e promissor, tais como café, calçados, papel e celulose, obras de madeira, automotivos, entre outros.

### **3.2.2. GRADUAÇÃO DE SETORES**

A graduação de setores constitui uma das medidas de ajuste do SGP da União Européia.

Trata-se da suspensão das preferências pautais referentes a produtos, originários de um país beneficiário, de um setor que, durante três anos consecutivos, tenha preenchido um dos seguintes critérios:

- 1) 1.1) o Índice de Desenvolvimento<sup>29</sup> do país beneficiário, ser superior a -2, e
- 1.2) as importações comunitárias, procedentes desse país, de todos os produtos do setor em causa excederem 25% das importações

---

<sup>29</sup> O Índice de Desenvolvimento diz respeito ao nível de desenvolvimento industrial de um determinado país. É baseado no rendimento per capita do país em causa e no seu nível de exportações de produtos industriais. Para decidir sobre a exclusão de países e a graduação de setores, a Comunidade Européia estabelece uma comparação entre o nível de desenvolvimento do país beneficiário e o nível do bloco europeu.

comunitárias desses produtos de todos os países e territórios listados como beneficiários do SGP europeu;

- 2) 2.1) o Índice de Desenvolvimento do país, ser superior a -2,
- 2.2) o Índice de Especialização<sup>30</sup> do setor em causa ser superior ao limiar correspondente ao Índice de desenvolvimento do país, e
- 2.3) as importações comunitárias, procedentes desse país, de todos os produtos do setor em causa incluídos no regime de que o mesmo se beneficia excederem 2% das importações comunitárias desses produtos de todos os países e territórios enumerados como beneficiários do SGP europeu.

Em síntese, o mecanismo de graduação combina um indicador de competitividade do país beneficiário relativamente ao mercado europeu e um indicador do nível de desenvolvimento industrial. Na prática, desde que o país exportador beneficiário atinja um limite determinado, ele é excluído do sistema para o produto concernido (CASTILHO, 2000).

Um setor em relação ao qual tenham sido retiradas as preferências pautais somente poderá voltar a receber o tratamento preferencial caso não preencha, durante três anos consecutivos, qualquer dos critérios acima definidos que o tiverem levado à graduação.

Esta medida de ajuste pode prejudicar países beneficiários que se encontrem em fase mais avançada de desenvolvimento, como o Brasil, pois estabelece condições que claramente contrariam os objetivos do SGP, o qual está justamente relacionado ao estímulo ao desenvolvimento por meio da industrialização impulsionada pela exportação.

---

<sup>30</sup> O Índice de Especialização, que diz respeito à importância de que se reveste um determinado setor das importações comunitárias procedentes de um país beneficiário, baseia-se na relação entre a parte detida por esse país beneficiário nas importações provenientes de todos os países, de todos os produtos do setor em causa, independentemente de se beneficiarem ou não do regime preferencial, e a parte desse país na totalidade das importações procedentes de todos os países.

Nesse sentido, por que um país beneficiário se esforçaria para melhorar seu potencial industrial e de competitividade, considerando que tal atitude implicaria a eliminação do benefício do SGP antes mesmo que fosse atingido o nível de desenvolvimento adequado para fazer frente aos países desenvolvidos?

O Brasil é, até o momento, o país beneficiário que mais teve setores graduados pelo SGP comunitário. O tratamento preferencial foi suspenso para produtos brasileiros de 10 setores, envolvendo cerca de 16 capítulos do Sistema Harmonizado, destacando-se produtos da indústria do café, tabaco, ferro e aço, calçados, couros e peles, papel e celulose, os quais constituem importantes itens da pauta de exportação brasileira.

### **Produtos brasileiros graduados pelo Sistema Geral de Preferências da União Européia**

<b>Setores Graduados</b>	<b>Designação</b>
I	Animais vivos e carnes
VI	Café, chá, mate e especiarias
IX	Gomas e resinas
XI	Preparações e bebidas
XII	Tabaco
XVII	Couros e peles
XX	Papel
XXIII	Calçados
XXVI	Ferro ou aço
XXX	Equipamento de transporte

Fonte: Regulamento (CE) 2501/2001

O Brasil é, atualmente, o terceiro produtor mundial de calçados, que constituem o sexto item da pauta de exportação brasileira. Em 2002, a exportação brasileira de calçados foi de US\$ 1,5 bilhão, do qual US\$ 198 milhões (cerca de 13%) foram de exportações para a União Européia. Contando com um dos mais modernos parques industriais do mundo, o setor tem condições concretas para aumentar significativamente o volume de suas exportações e atingir a meta de US\$ 2,5 bilhões em 2003. Cerca de 80 países importam calçados do Brasil, gerando divisas na ordem de US\$ 1,5 bilhões. No entanto, o comércio com a União Européia não tem-se mostrado próspero para o setor de calçados nacional<sup>31</sup>.

Ocorre que, devido à graduação do setor XXIII, o Brasil não pode dispor da preferência tarifária do SGP para exportar calçados para a União Européia com custos reduzidos de importação, enquanto outros países que disputam mercado com os calçados brasileiros, a exemplo do Uruguai, entram no mercado comunitário contando com a vantagem desse tratamento preferencial. No continente europeu encontram-se os mais tradicionais e sofisticados competidores mundiais, entre eles Itália, Espanha e Reino Unido. O Brasil representa, portanto, um forte adversário aos próprios países europeus nesse mercado, o que possivelmente foi definitivo para a graduação do setor para as exportações brasileiras.

Outro importante produto da pauta de exportação brasileira que foi graduado pelo SGP comunitário é o café (setor VI). A União Européia estabelece tarifa de 0% para café em grão e 9% para café solúvel. No entanto, os países da Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), grandes produtores de café<sup>32</sup>, se beneficiam de isenção tarifária para a exportação de café solúvel, devido aos benefícios concedidos pelo Regime Drogas. Recentemente, Brasil e União Européia chegaram a um acordo sobre o estabelecimento de quotas, para o café solúvel brasileiro, de 10.000t, 12.000t e 14.000t no período 2000 a 2002, respectivamente, com 0% de imposto de importação. Em 2003, deverão ser definidas as novas quotas.

---

<sup>31</sup> Para um estudo mais detalhado, recomenda-se: Brasil, 2002c.

<sup>32</sup> A Colômbia, por exemplo, é o terceiro exportador mundial de café.



O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café, com uma produção anual de quase 45 milhões de sacas (60 quilos), bem à frente do Vietnã, segundo lugar no ranking, com uma oferta de 14 milhões de sacas<sup>33</sup>. No entanto, os produtores do Vietnã levam vantagem nas exportações para a União Europeia porque contam com o benefício do SGP, não mais concedido ao Brasil.

O país é, ainda, o quarto maior produtor de tabaco do mundo, estando atrás somente de China, Estados Unidos e Índia. China e Índia, a exemplo do Brasil, também utilizam os benefícios do SGP comunitário. No entanto, apenas o Brasil teve o tabaco graduado pelo referido sistema. As tarifas aplicadas pela União Europeia ao fumo brasileiro variam de 3% a 32%, no caso de desperdícios de tabaco, havendo estipulação de preço mínimo.

O café e o fumo, produtos em cujas exportações o Brasil historicamente se destaca, registraram significativas quedas nas exportações para a União Europeia desde a graduação dos setores, em 1998, conforme pode ser verificado na tabela abaixo.

<b>Capítulo SH</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
<b>Produto</b>	<b>US\$ mil</b>	<b>US\$ mil</b>	<b>US\$ mil</b>	<b>US\$ mil</b>	<b>US\$ mil</b>	<b>US\$ mil</b>
Capítulo 09						
Café, chá, mate e especiarias	1.627.425	1.313.496	1.269.925	916.333	750.643	751.448
Capítulo 24						
Fumo (tabaco e sucedâneos)	660.485	613.256	443.533	311.824	358.832	350.093

Fonte: Sistema Alice-Web

<sup>33</sup> O Vietnã, segundo maior exportador de café, não teve nenhum setor graduado pelo SGP comunitário.

O papel e a celulose (setor XX) também figuram importantes produtos de exportação graduados pelo sistema comunitário. O Brasil é o sétimo maior produtor mundial de celulose e o décimo-segundo maior produtor de papel.

A Europa, até 1991, era o principal mercado para os produtores de papel brasileiros. Mas na segunda metade da década passada, ocorreu um decréscimo de quase dois terços, em valor, das exportações de papel para aquele mercado, resultado do aumento da competitividade da indústria européia após um intenso processo de fusões e aquisições em busca de maiores escalas e das modificações nas regras do SGP da União Européia, que, desde 1998, deixou de contemplar as exportações brasileiras do produto<sup>34</sup>.

O setor vem se recuperando, graças aos grandes investimentos realizados nas últimas décadas, que garantiram às empresas um desenvolvimento tecnológico e de gestão e a certificação das normas ISO 9000 e 14000<sup>35</sup>. Em 2002, as exportações brasileiras de papel e celulose foram de US\$ 2 bilhões (crescimento de 30,9%), sendo US\$ 670 milhões para a União Européia<sup>36</sup>.

Os produtos graduados pelo SGP comunitário são, portanto, importantes itens da pauta exportadora brasileira, que além de terem importância para composição das receitas do país, também contribuem para o desenvolvimento.

Os regimes especiais e o mecanismo de gradação acarretam perdas de mercados para o Brasil, tendo em vista que, seus principais concorrentes em cada setor, não receberam o mesmo tratamento e ainda contam com a preferência tarifária.

---

<sup>34</sup> Para um estudo mais detalhado, recomenda-se: Brasil, 2002c.

<sup>35</sup> *International Organization for Standardization (ISO)*, criada em 1947, é uma organização não governamental sediada em Genebra, responsável pela elaboração e aplicação dos padrões internacionais de qualidade. A série ISO 9000 consiste em um conjunto de normas para a gestão e certificação de qualidade do produto. A série ISO 14000, por sua vez, refere-se a um conjunto de sistemas de gerência ambiental e funciona, portanto, como guia para a gestão ecológica.

<sup>36</sup> Ver, por exemplo, em: *IMPORTANTE gerador de divisas – Papel e celulose*. Informe setorial – Global 21. Disponível em: <http://www.global21.com.br/informessetoriais/setor.asp?cod=9>. Acesso em: 13 jun. 2003.

## CONCLUSÃO

Segundo relatório da UNCTAD (2002b), *Trade and Development Report 2002*, uma das maiores mudanças no comércio mundial nas últimas três décadas foi o significativo aumento da participação dos países em desenvolvimento. As exportações desses países aumentaram, entre 1970 e 1999, a uma taxa anual média de 12%, enquanto que a taxa anual mundial foi de 10% durante o mesmo período. Assim, a participação dos países em desenvolvimento no comércio mundial passou de menos de um quarto para quase um terço. Sua composição também mudou, com a participação dos produtos manufaturados dos países em desenvolvimento passando de 20% durante os anos 70 para 70% no final dos anos 90.

O Sistema Geral de Preferências (SGP), por meio do qual os países em desenvolvimento obtêm acesso privilegiado aos mercados dos países desenvolvidos em bases não-recíprocas, foi um dos fatores que favoreceu esse melhor desempenho dos países em desenvolvimento. Capitaneado por Raúl Prebisch, o SGP representou uma resposta dos países em desenvolvimento ao sistema de comércio que vigorava sob a égide do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) e considerado desfavorável àqueles países. Mais de 30 países desenvolvidos outorgam o tratamento preferencial do SGP, mediante o atendimento de condições estabelecidas por cada Esquema, as quais envolvem regras de origem, condições de transporte e documentação.

O Brasil não fugiu à regra, na medida em que também tem utilizado o SGP em seu proveito. Em 1970, ano em que foi estabelecido o sistema preferencial, mais de

74,8% das exportações brasileiras eram de produtos básicos, enquanto 9,1% eram de produtos semi-manufaturados e 15,2%, de produtos manufaturados. Em 2002, cerca de 57% das exportações brasileiras foram de produtos manufaturados, 14% de semi-manufaturados e 24% de produtos de base (BRASIL, 2003b).

É evidente que o processo de industrialização do Brasil constituiu o fator mais importante a explicar esse salto qualitativo do país no comércio mundial. Entretanto, as facilidades oferecidas pelo SGP não podem ser desprezadas, inclusive porque o próprio processo de industrialização foi favorecido pelo mecanismo preferencial.

O presente trabalho procurou mostrar que, embora a importância do SGP tenha sido fundamental para o Brasil, persistem obstáculos estabelecidos pelos países outorgantes do mecanismo, os quais impedem o usufruto integral de suas vantagens. Esse trabalho concentrou-se nos obstáculos instituídos pela União Européia, um dos mercados mais importantes para as exportações brasileiras, sobretudo de produtos agrícolas e semi-manufaturados.

O bloco europeu impõe uma série de mecanismos restritivos em seu Esquema, em especial a graduação de setores e os regimes especiais. O argumento europeu é o de que os maiores beneficiários do SGP são, no final das contas e paradoxalmente, aqueles em vias mais avançadas de desenvolvimento, havendo, portanto, a necessidade de uma distribuição eqüitativa dos lucros do sistema.

Contudo, o presente trabalho procurou mostrar que os referidos mecanismos restritivos europeus (graduação de setores e regimes especiais) constituem medidas discriminatórias e de cunho protecionista contra países exportadores de produtos competitivos, como é o caso do Brasil.

A graduação de setores, ao inferir a suspensão do tratamento preferencial justamente para as exportações dos produtos em que o Brasil se mostra competitivo, é contrária ao objetivo do SGP, que é o de viabilizar o acesso aos mercados desenvolvidos e promover o desenvolvimento nos países beneficiários. Ressalte-se que o Brasil é o país beneficiário com maior número de setores graduados pelo SGP europeu.

Por outro lado, o estabelecimento de regimes especiais de proteção ao meio ambiente e aos direitos dos trabalhadores, bem como o Regime Drogas, violam o princípio da não discriminação, estabelecido pela Cláusula de Habilitação. Ao instituírem preferências diferenciadas dentro do próprio sistema, esses regimes especiais prejudicam os países que deles estão excluídos e para os quais, portanto, o tratamento preferencial será menor. É justamente o caso do Brasil, o qual não está incluído em nenhum regime especial do SGP da União Européia.

As condicionalidades contidas no SGP comunitário, portanto, vêm prejudicando o país, ao retirar benefícios de importantes itens da pauta de exportações brasileira ou ao oferecer tratamento preferencial diferenciado a outros países, em detrimento das vendas brasileiras.

# ANEXOS

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BIBLIOGRAFIA CITADA

1. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2003a). Manual do SGP. Brasília: Departamento de Negociações Internacionais, Secretaria de Comércio Exterior. CD Rom.
2. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2003b). Evolução das Exportações Brasileiras por Fator Agregado – 1964 a 2003. Brasília: MDIC/SECEX/DEPLA. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/indicadores/doc/ExpAgregado.xls>. Acesso em: 28 maio 2003.
3. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2002a). Circular SECEX nº 17/2002. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil). Brasília, DF, 29 maio 2002. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/legislacao/circular/default.html>. Acesso em 20 nov. 2002.
4. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2002b). Circular SECEX nº 46/2002. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil). Brasília, DF, 05 nov. 2002. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/legislacao/circular/default.html>. Acesso em 20 nov. 2002.
5. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2002c). Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: Impactos das zonas de livre comércio. Brasília: MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/cadeiasprodutivas>. Acesso em 22 maio 2003.

6. CALDAS, Ricardo W. (1999). O Brasil e o Mito da Globalização. São Paulo: Celso Bastos Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.
  
7. CALDAS, Ricardo W.; AMARAL, Carlos Alberto A. do (1998). Introdução à Globalização – Noções Básicas de Economia, Marketing & Globalização. São Paulo: Celso Bastos Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.
  
8. CASTILHO, Marta Rei (2002). O Sistema de Preferências Comerciais da União Européia. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: [www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td0742.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0742.pdf). Acesso em: 22 mar. 2003.
  
9. CONSELHO DA COMUNIDADE EUROPÉIA (2001). Regulamento (CE) n.º 2501/2001 do Conselho. Bruxelas: Conselho da CE. Disponível em: [http://europa.eu.int/eur-lex/pri/pt/oj/dat/2001/l\\_346/l\\_34620011231pt00010059.pdf](http://europa.eu.int/eur-lex/pri/pt/oj/dat/2001/l_346/l_34620011231pt00010059.pdf). Acesso em: 22 mar. 2003.
  
10. CUNHA, Luís Pedro Chaves Rodrigues (1995). O Sistema Comunitário de Preferências Generalizadas – Efeitos e Limites. Coimbra: Coimbra.
  
11. HONÓRIO, Danilo (2002). O Sistema Geral de Preferências. Boletim Bimestral da Associação dos Analistas de Comércio Exterior n.º 02 – Setembro e Outubro de 2002. Brasília, DF: AACE. Disponível em: <http://www.aduaneiras.com.br/colunas/destaques/pdf/AACE/Informativo%20Aace-2.pdf>. Acesso em 10 mar. 2003.
  
12. IMPORTANTE gerador de divisas – Papel e celulose. Informe setorial – Global 21. Disponível em: <http://www.global21.com.br/informessoriais/setor.asp?cod=9>. Acesso em: 13 jun. 2003.
  
13. IPEA/CEPAL (2001). Mercosul – Avanços e Desafios da Integração / Renato Baumann (org.). Brasília: IPEA/CEPAL.
  
14. OECD (n.d.). Overview of the OECD. Disponível em: <http://www.oecd.org/EN/about/0,,EN-about-0-nodirectorate-no-no-no-0,00.html>. Acesso em: 21 fev. 2003.



15. RODRIGUES, J. Caleia (2002). Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – Gênese e fundação. Disponível em: <http://www.galpennergia.com/Galp+Energia/Portugues/academia+energia/organizacoes/UNCTAD.htm>. Acesso em: 22 mar. 2003.
  
16. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva (2000). Manual das Organizações Internacionais. 2ª ed. revista e ampliada – Porto Alegre: Livraria do Advogado.
  
17. THE COLUMBIA ENCYCLOPEDIA, Sixth Edition (2001). Disponível em: <http://www.bartleby.com/65/ta/tariff.html>. Acesso em: 22 mar. 2003
  
18. UNCTAD (2002a). The Least Developed Countries, 2002 Report. New York/Geneva: UNCTAD. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/Webflyer.asp?docid=2026&intltemID=1397&lang=1> Acesso em: 15 mar. 2003.
  
19. UNCTAD (2002b). Trade and Development Report, 2002. New York/Geneva: UNCTAD. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intltemID=1397&lang=1>. Acesso em: 22 maio 2003.

## OUTRAS FONTES DE PESQUISA

20. UNCTAD (2003). GSP – Handbook on the Scheme of the European Community, 2003. UNCTAD/ITCD/TSB/Misc.25/Rev.2. New York/Geneva: UNCTAD. Disponível em: [http://www.unctad.org/en/docs/itcdtsbmisc25rev2\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/itcdtsbmisc25rev2_en.pdf). Acesso em: 22 mar. 2003.
  
21. UNCTAD (2001). Generalized System of Preferences List of Beneficiaries. UNCTAD/ITCD/TSB/Misc.62. New York/Geneva: UNCTAD.
  
22. ROSA, Fernando de (2001). Orientação para elaboração de trabalho final. 2ª ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/FGV Management.

## ANEXO I

### PAÍSES BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS

#### Lista de Países Desenvolvidos e Menos Desenvolvidos (LDCs), e Territórios

Afeganistão	Brasil	Djibouti	Honduras
África do Sul	Brunei Darussalam	Dominica	Hong Kong (China)
Albânia	Bulgária*	Egito	Hungria*
Andorra	Burkina Faso	Emirados Árabes Unidos	Iêmen
Angola	Burundi	Equador	Ilha Bouvet
Anguila	Butão	Eritreia	Ilha Christmas
Antártida, Territórios Britânicos	Cabo Verde	Eslováquia*	Ilha Maurício
Antígua e Barbuda	Camarões	Eslovênia	Ilha Niue
Antilhas Neerlandesas	Camboja	Estônia	Ilha Norfolk
Arábia Saudita	Catar	Etiópia	Ilha Pitcairn
Argélia	Cazaquistão	Federação Russa*	Ilhas Caimão
Argentina	Ceuta e Mellia	Fiji	Ilhas Canárias
Armênia	Chade	Filipinas	Ilhas Caroline
Aruba	Chile	Gabão	Ilhas Cook
Ascension	Chipre	Gâmbia	Ilhas dos Cocos
Azerbaijão	Cingapura	Gana	Ilhas Falkland
Bahamas	Colômbia	Geórgia	Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul
Bangladesh	Comores	Gibraltar	Ilhas Gilbert e Ellice
Barbados	Congo	Granada	Ilhas Heard e McDonald
Barém	Coréia	Groenlândia	Ilhas Marshall
Belize	Coréia do Norte	Guam	Ilhas Menores Distantes dos Estados Unidos
Benim	Costa do Marfim (Côte d'Ivoire)	Guatemala	Ilhas Minor Outlying
Bermudas	Costa Rica	Guiana	Ilhas Salomão
Bielorússia	Croácia	Guiné	Ilhas Tokelau
Bolívia	Cuba	Guiné Equatorial	Ilhas Turcas e Caicos
Botsuana	Curacao	Guiné-Bissau	
		Haiti	

Ilhas Virgens (americanas)	Marrocos	Rep. Centro-Africana	Tailândia
Ilhas Virgens (britânicas)	Mauritânia	Rep. Dem. do Congo	Taiwan
Índia	Mayotte	Rep. Dem. Pop. do Laos	Tajiquistão
Indonésia	México	Rep. Dominicana	Tanzânia (Rep. Unida da)
Irã (Rep. Islâmica do)	Mianmar	Rep. Popular da China	Ter. Britânico do Oc. Índico
Iraque	Micronésia, Est. Fed. da	República Tcheca*	Territ. Austrais Franceses
Israel	Moçambique	Romênia	Timor-Leste
Jamaica	Moldávia, Rep. da	Ruanda	Togo
Jibuti	Mongólia	S. Kitts e Nevis	Tonga
Jordânia	Monserate	Salvador	Trindade e Tobago
Kiribati	Namíbia	Samoa	Tunísia
Kuwait	Nauru	Samoa Americana	Turquemenistão
Latvia	Nepal	Santa Helena	Turquia*
Lesoto	Nicarágua	Santa Lúcia	Tuvalu
Letônia	Níger	Santa Sé	Ucrânia
Líbano	Nigéria	São Cristóvão e Neves	Uganda
Libéria	Nova Caledônia	São Martin	Uruguai
Líbia, Jamahiriya Árabe	Omã	São Pedro e Miquelon	Uzbequistão
Lituânia	Palau	São Tomé e Príncipe	Vanuatu
Macau	Panamá	São Vicente e Granadinas	Venezuela
Macedônia	Papuásia-Nova Guiné	Seicheles	Vietnã
Madagascar	Paquistão	Senegal	Wallis e Futuna
Malásia	Paraguai	Serra Leoa	Zâmbia
Malawi	Peru	Somália	Zimbabue
Maldivas	Polinésia Francesa	Sri Lanka	
Mali	Polônia	Suazilândia	
Malta	Quênia	Sudão	
Marianas do Norte	Quirguizistão	Suriname	
	Rep. Árabe Síria		

Fonte: UNCTAD (2001). *Generalized System of Preferences List of Beneficiaries*.  
UNCTAD/ITCD/TSB/Misc.62.

**Nota:** \* Países que, além de outorgarem o benefício do SGP, também beneficiam-se desse sistema.

## **ANEXO II**

### **MODELO DE CERTIFICADO DE ORIGEM FORMULÁRIO A (*FORM A*)**



## ANEXO III

### PAÍSES BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS DA UNIÃO EUROPÉIA

Afeganistão	Antilhas	Azerbaijão	Mayotte
Equador	Neerlandesas	Granada	Sri Lanka
Jamaica	Filipinas	Malawi	Bermudas
Rep. Dem. do Congo	Líbano	São Tomé e Príncipe	Guiné-Bissau
África do Sul	Samoa	Baamas	México
Eritreia	Arábia Saudita	Groenlândia	Suazilândia
Jibuti	Gabão	Maldivas	Bielorrússia
Rep. Dem. Pop. do Laos	Jamahiriya Árabe Líbia	São Vicente e Granadinas	Haiti
Angola	Samoa Americana	Bangladesh	Mianmar
Est. Fed. da Micronésia	Argélia	Guam	Sudão
Jordânia	Gâmbia	Mali	Bolívia
Rep. Dominicana	Libéria	Seicheles	Honduras
Anguila	Santa Helena	Barbados	Moçambique
Etiópia	Argentina	Guatemala	Suriname
Kiribati	Gana	Marianas do Norte	Botsuana
Rep. Popular da China	Macau	Senegal	Iêmen
Antártida	Santa Lúcia	Barém	Rep. da Moldávia
Federação Russa	Armênia	Guiana	Tailândia
Kuwait	Geórgia	Marrocos	Brasil
Ruanda	Madagascar	Serra Leoa	Ilha Bouvet
Antígua e Barbuda	São Cristóvão e Neves	Belize	Mongólia
Fiji	Aruba	Guiné	Tajiquistão
Lesoto	Gibraltar	Mauritânia	Brunei Darussalam
Salvador	Malásia	Somália	Ilha Christmas
	São Pedro e Miquelon	Benim	Monserate
		Guiné Equatorial	Tanzânia (Rep. Unida da)

Burkina Faso	Nigéria	Papuásia - Nova Guiné	Polinésia Francesa
Ilha Maurício	Trindade e Tobago		Vietnã
Namíbia	Catar	Uganda	Cuba
Ter. Britânico do Oc. Índico	Ilhas Falkland	Colômbia	Índia
Burundi	Nova Caledônia	Ilhas Salomão	Quênia
Ilha Niue	Tunísia	Paquistão	Wallis e Futuna
Nauru	Cazaquistão	Uruguai	Domínica
Territ. Austrais Franceses	Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul	Comores	Indonésia
Butão	Omã	Ilhas Tokelau	Quirguizistão
Ilha Norfolk	Turquemenistão	Paraguai	Zâmbia
Nepal	Chade	Uzbequistão	Egito
Timor-Leste	Ilhas Heard e McDonald	Congo	Irã (Rep. Islâmica do)
Cabo Verde	Palau	Ilhas Turcas e Caicos	Rep. Árabe Síria
Ilhas Caimão	Tuvalu	Peru	Zimbabuê
Nicarágua	Chile	Vanuatu	Emirados Árabes Unidos
Togo	Ilhas Marshall	Costa do Marfim (Côte d'Ivoire)	Iraque
Camarões	Panamá	Ilhas Virgens (americanas)	Rep. Centro-Africana
Ilhas Cook	Ucrânia	Pitcairn	
Níger	Chipre	Venezuela	
Tonga	Ilhas Menores Distantes dos Estados Unidos	Costa Rica	
Camboja		Ilhas Virgens (britânicas)	
Ilhas dos Cocos			

Fonte: Circular SECEX nº 17/2002, D.O. 29.05.2002.

## ANEXO IV

### DEFINIÇÃO DOS SETORES NO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS COMUNITÁRIO

Nº	Designação	Código NC
I	Animais vivos e carnes	Capítulos 1 e 2
II	Produtos da pesca	Capítulo 3, códigos 1604, 1605 e 1902.20.10
III	Produtos comestíveis de origem animal	Capítulo 4
IV	Outros produtos de origem animal	Capítulo 5
V	Árvores, plantas, flores cortadas, produtos hortícolas comestíveis e frutas de casca rija	Capítulos 6 a 8
VI	Café, chá, mate e especiarias	Capítulo 9
VII	Cereais, malte e amidos e féculas	Capítulos 10 e 11
VIII	Grãos, sementes, frutos e plantas	Capítulo 12
IX	Gomas e resinas	Capítulo 13
X	Gorduras, óleos e ceras	Capítulo 15
XI	Preparações e bebidas	Capítulos 16 a 23, com exceção dos códigos 1604, 1605 e 1902 20 10
XII	Tabaco	Capítulo 24
XIII	Produtos minerais	Capítulos 25 a 27
XIV	Produtos químicos, exceto fertilizantes	Capítulos 28 a 38, exceto 31
XV	Adubos (fertilizantes)	Capítulo 31
XVI	Plásticos e borracha	Capítulos 39 e 40
XVII	Couros e peles	Capítulo 41
XVIII	Obras de couro e peles com pelo	Capítulos 42 e 43
XIX	Madeira	Capítulos 44 a 46
XX	Papel	Capítulos 47 a 49
XXI	Têxteis	Capítulos 50 a 60
XXII	Vestuário	Capítulos 61 a 63
XXIII	Calçado	Capítulos 64 a 67
XXIV	Vidro e cerâmica	Capítulos 68 a 70
XXV	Artigos de joalharia e metais preciosos	Capítulo 71
XXVI	Ferro ou aço	7202.11; 7207.11.11; 7207.11.14; 7207.11.16; 7207.12.10; 7207.19.11; 7207.19.14; 7207.19.16; 7207.19.31; 7207.20.11; 7207.20.15; 7207.20.17; 7207.20.32; 7207.20.51; 7207.20.55; 7207.20.57; 7207.20.71; 7208.10.00; 7208.25.00; 7208.26.00; 7208.27.00; 7208.36.00; 7208.37; 7208.38; 7208.39; 7208.40; 7208.51.10; 7208.51.30; 7208.51.50; 7208.51.91; 7208.51.99; 7208.52.10; 7208.52.91; 7208.52.99; 7208.53.10; 7208.53.90; 7208.54; 7208.90.10; 7209.15.00; 7209.16; 7209.17; 7209.18; 7209.25 00; 7209.26; 7209.27; 7209.28; 7209.90.10; 7210.11.10; 7210.12.11; 7210.12.19; 7210.20.10; 7210.30.10; 7210.41.10; 7210.49.10; 7210.50.10; 7210.61.10; 7210.69.10; 7210.70.31;



		7210.70.39; 7210.90.31; 7210.90.33; 7210.90.38; 7211.13.00; 7211.14.10; 7211.14.90; 7211.19.20; 7211.19.90; 7211.23.10; 7211.23.51; 7211.29.20; 7211.90.11; 7212.10.10; 7212.10.91; 7212.20.11; 7212.30.11; 7212.40.10; 7212.50.31; 7212.50.51; 7212.60.11; 7212.60.91; 7213.10.00; 7213.20.00; 7213.91.10; 7213.91.20; 7213.91.41; 7213.91.49; 7213.91.70; 7213.91.90; 7213 99.10; 7213.99.90; 7214.20.00; 7214.30.00; 7214.91.10; 7214.91.90; 7214.99.10; 7214.99.31; 7214 99.39; 7214.99.50; 7214.99.61; 7214.99.69; 7214.99.80; 7214.99.90; 7215.90.10; 7216.10.00; 7216.21.00; 7216.22.00; 7216.31; 7216.32; 7216.33; 7216.40; 7216.50; 7216.99.10; 7218.91.11; 7218.91.19; 7218.99.11; 7218.99.20; 7219.11.00; 7219.12; 7219.13; 7219.14; 7219.21; 7219.22; 7219.23.00; 7219.24.00; 7219.31.00; 7219.32; 7219.33; 7219.34; 7219.35; 7219.90.10; 7220.11.00; 7220.12.00; 7220.20.10; 7220.90.11; 7220.90.31; 7221.00; 7222.11; 7222.19; 7222.30.10; 7222.40.10; 7222.40.30; 7224.90.01; 7224.90.05; 7224.90.08; 7224.90.15; 7224.90.31; 7224.90.39; 7225.11.00; 7225.19; 7225.20.20; 7225.30.00; 7225.40; 7225.50.00; 7225.91.10; 7225.92.10; 7225.99.10; 7226.11.10; 7226.19.10; 7226.19.30; 7226.20.20; 7226.91; 7226.92.10; 7226.93.20; 7226.94.20; 7226.99.20; 7227; 7228.10.10; 7228.10.30; 7228.20.11; 7228.20.19; 7228.20.30; 7228.30; 7228.60.10; 7228.70.10; 7228.70.31; 7228.80.10; 7228.80.90; 7301.10.00; 7302.10.31; 7302.10.39; 7302.10.90; 7302.40.10; 7302.90.20
XXVII	Metais comuns e produtos de metais comuns exceto os produtos do setor XXVI	7202 21; 7202 41; 7202 49; 7202 50 00; 7202 70 00; 7202 91 00; 7202 99 30; 7202 99 80; 7217; 7223; 7303 bis 7326; capítulos 74 a 83
XXVIII	Eletro-mecânica	ex Capítulo 84 e ex Capítulo 85 (exceto produtos do setor XXIX)
XXIX	Material eletrônico de consumo geral	8470; 8471; 8473; 8504; 8505; 8517; 8518; 8519; 8520; 8521; 8522; 8523; 8524; 8525 30; 8525 40; 8526; 8527; 8528; 8529; 8531; 8532; 8533; 8534; 8536; 8540 11; 8540.12; 8541; 8542
XXX	Equipamento de transporte	Capítulos 86, 88 e 89
XXXI	Veículos automóveis	Capítulo 87
XXXII	Instrumentos e aparelhos de óptica e artigos de relojoaria	Capítulos 90 a 92
XXXIII	Diversos	Capítulos 94 a 96

Fonte: Circular SECEX nº 17/2002, D.O. 29.05.2002.

## ANEXO V

## EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A UNIÃO EUROPÉIA NO ANO DE 2002

Código NCM	Descrição NCM	US\$ (Valor FOB)	Alíquota de Abatimento SGP
12010090	OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS	1.713.346.993	3.5
23040090	BAGACOS E OUTS.RESIDUOS SOLIDOS,DA EXTR.DO OLEO DE SOJA	1.640.711.173	
26011100	MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	724.291.943	
09011110	CAFE NAO TORRADO,NAO DESCAFEINADO,EM GRAO	702.816.172	
20091100	SUCOS DE LARANJAS,CONGELADOS,NAO FERMENTADOS	563.287.705	
47032900	PASTA QUIM.MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO,SEMI/BRANQ	462.216.111	
76011000	ALUMINIO NAO LIGADO EM FORMA BRUTA	438.202.971	
27090010	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	388.124.662	100%
02071400	PEDACOS E MIUDEZAS,COMEST.DE GALOS/GALINHAS,CONGELADOS	368.863.649	
24012030	FUMO N/MANUF.TOTAL/PARC.DESTAL.FLS.SECAS,ETC.VIRGINIA	262.577.472	
26011200	MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	251.288.151	
84073490	OUTROS MOTORES DE EXPLOSAO,P/VEIC.CAP.87,SUP.1000CM3	226.043.248	100%
02023000	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,CONGELADAS	198.505.913	
02013000	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,FRESCAS OU REFRIGERADAS	151.640.939	
16025000	PREPARACOES ALIMENTICIAS E CONSERVAS,DE BOVINOS	136.958.206	
41041124	OUTS.COUIROS BOVINOS,DIVID.UMID.PENA FLOR	133.837.746	
20091900	OUTROS SUCOS DE LARANJAS,NAO FERMENTADOS	132.103.659	
88023090	OUTS.AVIOES/VEICULOS AEREOS,2000KG<PESO<=15000KG,VAZIOS	124.127.686	
44121900	OUTS.MADEIRAS COMPENSADAS,COM FOLHAS DE ESPESSURA<=6MM	122.526.115	3.5
72029300	FERRONIOBIO	109.893.162	3.5
44079990	OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS,ETC.ESP>6MM	99.433.854	100%
72071200	OUTROS PRODS.SEMIMANUF.FERRO/ACO,C<0.25%,SEC.TRANSV.RET	98.486.685	
25070010	CAULIM	95.094.605	
94036000	OUTROS MOVEIS DE MADEIRA	90.884.939	100%
71081310	OURO EM BARRAS,FIOS,PERFIS DE SEC.MACICA,BULHAO DOURADO	90.142.431	100%
64039900	OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL	87.014.186	
88023039	OUTS.AVIOES A TURBOJATO,ETC.7000KG<PESO<=15000KG,VAZIOS	80.427.496	
02072700	CARNES DE PERUAS/PERUS,EM PEDACOS E MIUDEZAS,CONGELADAS	76.482.211	
48025610	PAPEL FIBRA MEC<=10%,40<=P<=150G/M2,FLS.LADO<=360MM	69.004.745	
44121400	MADEIRA COMPENSADA C/FLS<=6MM,FACE DE MADEIRA N/CONIFER	68.228.485	3.5
87089990	OUTRAS PARTES E ACESS.P/TRATORES E VEICULOS AUTOMOVEIS	68.097.698	3.5
28046900	OUTROS SILICIOS	67.430.299	
94035000	MOVEIS DE MADEIRA P/QUARTOS DE DORMIR	66.581.976	100%
29310037	ACIDO FOSFONOMETILIMINODIACETICO E AC.TRIMETILFOSFONICO	61.587.038	100%
84143011	MOTOCOMPRESSOR HERMETICO,CAPACIDADE<4700 FRIGORIAS/HORA	58.985.017	100%
76051110	FIOS DE ALUMINIO N/LIG.SEC.TRANSV>7MM,RE<=0.0283 <sup>0</sup> HM.MM2	57.275.025	3.5
76012000	LIGAS DE ALUMINIO EM FORMA BRUTA	54.916.884	
23080000	MATERIAS VEGETAIS E DESPERD.DE OUTS.VEGETAIS	52.317.035	
03061391	CAMAROE,INTEIROS,CONGELADOS,EXCETO "KRILL"	48.553.430	3.5 <sup>(1)</sup>
48041100	PAPEL/CARTAO "KRAFTLINER",P/COBERTURA,CRUS,EM ROLOS/FLS	48.328.426	
16023200	PREPARACOES ALIMENTICIAS E CONSERVAS,DE GALOS,GALINHAS	47.592.495	
64061000	PARTES SUPERIORES DE CALCADOS E SEUS COMPONENTES	46.956.470	

41042212	COURO/PELE,INTEIRO/MEIO,DE BOVINO,"WET BLUE",DIV.C/FLOR	46.106.779	
84099112	BLOCOS DE CILINDROS,CABECOTES,ETC.P/MOTORES DE EXPLOSAO	43.950.329	100%
24012040	FUMO N/MANUF.TOTAL/PARC.DESTAL.FLS.SECAS,TIPO "BURLEY"	43.848.112	
64039100	OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL,COBRINDO O TORNOZELO	43.651.347	
84099913	INJETORES PARA MOTORES DIESEL OU SEMIDIESEL	43.385.847	100%
72101200	LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,ESTANHADO,E<0.5MM	41.502.413	
41071220	OUTS.COUIROS/PELES,INT.BOVINOS,PREPARS.ETC.	41.135.010	
68029390	OUTROS GRANITOS TRABALHADOS DE OUTRO MODO E SUAS OBRAS	40.896.634	100%
41041114	OUTS.COUIROS BOVINOS,N/DIV.UMID.PENA FLOR	40.432.221	
84082090	OUTROS MOTORES DIESEL/SEMIDIESEL,P/VEIC.DO CAP.87	38.548.778	100%
41044130	OUTS.COUIROS/PELES BOVINOS,SECOS,PENA FLOR	37.557.603	
08071900	MELOES FRESCOS	37.230.284	3.5
63026000	ROUPAS DE TOUCADOR/COZINHA,DE TECIDOS ATOALH.DE ALGODAO	36.795.830	20%
83071090	OUTROS TUBOS FLEXIVEIS DE FERRO OU ACO	35.016.102	3.5
84099920	PISTOES OU EMBOLOS,P/MOTORES DIESEL OU SEMIDIESEL	34.058.969	100%
87012000	TRATORES RODOVIARIOS P/SEMI-REBOQUES	32.516.749	100%
18040000	MANTEIGA,GORDURA E OLEO,DE CACAU	32.505.236	
08061000	UVAS FRESCAS	32.482.129	3.5 <sup>(2)</sup>
75011000	MATES DE NIQUEL	31.388.653	100%
38083023	HERBICIDA A BASE GLIFOSATO,SEUS SAIS,DE IMAZAQUIM,ETC	31.299.008	100%
10059010	MILHO EM GRAO,EXCETO PARA SEMEADURA	30.838.314	
21011110	CAFE SOLUVEL,MESMO DESCAFEINADO	30.773.104	
35030019	OUTRAS GELATINAS E SEUS DERIVADOS	30.642.905	100%
09041100	PIMENTA "PIPER",SECA	30.287.498	
08081000	MACAS FRESCAS	28.790.788	3.5
05040011	TRIPAS DE BOVINOS,FRESCAS,REFRIG.CONGEL.SALG.DEFUMADAS	28.557.208	
39012029	OUTROS POLIETILENOS S/CARGA,D>=0.94,EM FORMAS PRIMARIAS	28.349.875	100%
08045000	GOIABAS,MANGAS E MANGOSTOES,FRESCOS OU SECOS	28.255.014	
20091200	SUCOS DE LARANJA NAO CONG.C/VALOR BRIX<=20	26.825.402	
44071000	MADEIRA DE CONIFERAS,SERRADA/CORTADA EM FLS.ETC.ESP>6MM	26.345.365	100%
84831010	VIRABREQUINS (CAMBOTAS)	26.320.962	100%
76071190	OUTS.FOLHAS/TIRAS,DE ALUMINIO S/SUORTE,LAMIN.E<=0.2MM	25.911.442	3.5
44182000	PORTAS,RESPECT.CAIXILHOS,ALIZARES E SOLEIRAS,DE MADEIRA	25.873.376	3.5 <sup>(3)</sup>
84099120	PISTOES OU EMBOLOS,PARA MOTORES DE EXPLOSAO	25.748.661	100%
84099990	OUTRAS PARTES P/MOTORES DIESEL OU SEMIDIESEL	25.182.627	100%
26020010	MINERIOS DE MANGANES AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	24.830.258	
87042190	OUTROS VEICULOS AUTOMOVEIS C/MOTOR DIESEL,P/CARGA<=5T	24.671.689	3.5
38082029	OUTROS FUNGICIDAS APRESENTADOS DE OUTRO MODO	24.469.794	100%
87033210	AUTOMOVEIS C/MOTOR DIESEL,1500<CM3<=2500,ATE 6 PASSAG.	24.286.595	3.5
40111000	PNEUS NOVOS PARA AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	23.866.750	100%
72071110	BILLETS DE FERRO/ACO,C<0.25%,SEC.TRANSV.QUAD/RET.L<2E	23.852.426	
85030090	PARTES DE OUTROS MOTORES/GERADORES/GRUPOS ELETROG.ETC.	23.662.109	100%
22071000	ALCOOL ETILICO N/DESNATURADO C/VOL.TEOR ALCOOLICO>=80%	23.493.159	
84099190	OUTRAS PARTES PARA MOTORES DE EXPLOSAO	23.450.022	100%
72104910	LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,GALVAN.OUTRO PROC.E<4.75MM	23.356.723	
40114000	PNEUS NOVOS PARA MOTOCICLETAS	23.005.339	100%
84099912	BLOCOS DE CILINDROS,CABECOTES,ETC.P/MOTORES DIESEL/SEMI	22.440.979	100%
85409130	CANHOES ELETRONICOS P/TUBOS CATODICOS	22.194.028	100%
26060011	BAUXITA NAO CALCINADA (MINERIO DE ALUMINIO)	20.008.943	
72193400	LAMIN.ACOS INOX.A FRIO,L>=600MM,0.5MM<=E<=1MM	19.798.007	
02050000	CARNES DE CAVALO,ASININO E MUAR,FRESCAS,REFRIG.OU CONG.	19.758.516	
44121300	MADEIRA COMPENSADA C/FLS<=6MM,FACE DE MADEIRA TROPICAL	19.564.131	3.5
70112000	AMPOLAS DE VIDRO,ETC.PARA TUBOS CATODICOS	19.482.969	3.5
52094210	TECIDO DE ALGODAO>=85%,FIO COLOR.DENIM,INDIGO,P>200G/M2	19.225.700	20%

41071120	OUTS.COUIROS/PELES,INT.BOVINOS,PENA FL.PREPARS	18.465.354	
44092000	MADEIRA DE NAO CONIFERAS,PERFILADA	18.459.221	
84571000	CENTROS DE USINAGEM,P/TRABALHAR METAIS	18.355.902	100%
85015210	MOTOR ELETR.CORR.ALTERN.TRIF.750W<P<=75KW,ROTOR GAIOLA	18.178.873	100%
—	<b>Total</b>	<b>12.067.073.167</b>	—

Fonte: Sistema Alice – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Valor Total de Exportações para a União Européia Período 01/2002 até 12/2002:

US\$ FOB 15.113.390.695

Valor das Exportações para a União Européia dos produtos incluídos no SGP:

US\$ FOB 4.257.294.266

## NOTAS:

- <sup>(1)</sup> Com exceção dos produtos classificados com a Nomenclatura Comunitária (NC) 0306.13.30 (camarões negros do gênero *Crangon*);
- <sup>(2)</sup> Com exceção dos produtos classificados com a NC 0806.10.10 (uvas frescas de mesa);
- <sup>(3)</sup> Com exceção dos produtos classificados com a NC 4418.20.80 (de coníferas) e NC 4418.20.80 (outras).

## ANEXO VI

### Lista dos Produtos incluídos no Regime Especial de Luta Contra a Produção e o Tráfico de Droga (Regime Drogas)

Código NC*	Descrição
0101.90.19	Outros
0104.20.10	Reprodutores caprinos de raça pura*
0106.19.10	Coelhos domésticos vivos
0106.39.10	Pombos vivos
0205.00	Carne de animais das espécies calavar, asinina e muar, fresca, refrigerada ou congelada
0206.80.91	Miudezas comestíveis de animais das espécies cavalar, asinina e muar, frescas ou refrigeradas, exceto miudezas destinadas à fabricação de produtos farmacêuticos
0206.90.91	Miudezas comestíveis de animais das espécies cavalar, asinina e muar, congeladas, exceto miudezas destinadas à fabricação de produtos farmacêuticos
0208.10	De coelhos ou lebres
Ex 0208.90	Outros, exceto os produtos da posição 0208.90.55
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos
0407.00.90	Ovos de aves (exceto domésticas), com casca, frescos, conservados ou cozidos
0410.00.00	Produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos em outras posições
05	Outros produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos
06	Plantas vivas e produtos de floricultura; bolbos, raízes e semelhantes; flores, cortadas para ramos ou para ornamentação.
0701	Batatas, frescas ou refrigeradas
0706.90.30	Rábanos ( <i>cochleria armorica</i> ), frescos ou refrigerados
Ex 0707.00.05	Pepinos, frescos ou refrigerados de 16 de maio a 31 de outubro
Ex 0709.20.00	Aspargos, de 1 de Outubro a 31 de Janeiro
0709.30.00	Beringelas
0709.40.00	Aipo, exceto aipo-rábano
0709.59.10	Cantarelos
0709.60.10	Pimentos doces ou pimentões
0709.60.99	Pimentos do género Capsicum ou do género Pimenta, exceto pimentos doces ou pimentões
0709.90.70	Aboborinhas
0709.90.90	Outros, exceto saladas, chicóreas, acelgas, cardos, alcaparras, funcho, milho doce e abobrinha
Ex 0710	Produtos hortícolas (não cozidos ou cozidos em água ou vapor) , congelados, com exceção dos produtos das posições 0710.80.10, 0710.80.70 e 0710.80.85
0710.80.70	Tomates
0710.80.85	Aspargos
Ex 0711	Produtos hortícolas conservados transitoriamente (por exemplo: com gás sulfuroso ou água salgada, sulfurada ou adicionada de outras substâncias destinadas a assegurar transitoriamente a sua conservação), mas impróprios para alimentação neste estado, exceto os produtos das posições 0711.20.10 e 0711.20.90
Ex 0712	Produtos hortícolas secos, mesmo cortados em pedaços ou fatias, ou ainda triturado ou em pó, mas sem qualquer outro preparo, com exceção de azeitonas e dos produtos das posições 0712.90.11 e 0712.90.19
0713	Legumes de vagem, secos, em grão, mesmo pelados ou partidos
0803.00.11	Pacovas ("plantains") frescas
0803.00.90	Bananas, incluindo os plátanos pacovas ( <i>plantains</i> ), secas
0804.10.00	Tâmaras, frescas ou secas
0804.30.00	Abacaxis ( <i>ananases</i> ), frescos ou secos
0804.40.00	Abacates, frescos ou secos
Ex 0805.20	Tangerinas, mandarinas e satsumas, clementinas, wilkings e outros citrinos híbridos semelhantes, de 15 de Maio a 15 de Setembro
0805.50.90	Limas ( <i>citrus aurantifolia</i> )
0805.90.00	Outros
0807.11.00	Melancias, frescas
0807.19.00	Melões, frescos
0809.20.05	Ginjas ( <i>Prunus cerasus</i> ) , frescas

0809.40.90	Abrunhos
0810.20	Framboesas, amoras, incluindo as silvestres, e amoras-framboesas
0810.30	Groelhas incluindo o "cassis"
0810.40.30	Mirtilos (frutos do <i>Vaccinium Myrtillus</i> )
0810.40.50	Frutos do <i>Vaccinium macrocarpon</i> e do <i>Vaccinium corymbosum</i>
0810.40.90	Outras exceto frutas do gênero <i>Vaccinium</i>
0810.50.00	Kiwis
0810.60.00	Duriões
0810.90.95	Outros
0811	Frutas, não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas, mesmo adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes
Ex 0812	Frutas conservadas transitivamente (por exemplo: com gás sulfuroso ou água salgada, sulfurada ou adicionada de outras substâncias destinadas a assegurar transitivamente a sua conservação), mas impróprias para alimentação neste estado, exceto os produtos da posição 0812.90.30
0813.10.00	Damascos
0813.20.00	Ameixas
0813.30.00	Maças
0813.40.10	Pêssegos, incluindo as nectarinas
0813.40.30	Peras, secas
0813.50.12	Com papaias, tamarindos, maçãs de caju, lechias, jacas, sapotilhas, maracujás, carambolas, pitaias
0813.50.15	Outras
0813.50.19	Com Ameixas
Ex 0813.50.31	Misturas constituídas exclusivamente de coco, castanha do Brasil, castanha de caju, areca (ou bétel), de nozes e de nozes de cola
Ex 0813.50.91	Misturas de goiabas secas, mangas e mangostões, papaias, tamarindos, maçãs de caju, jacas, lechias ou sapotilhas
0901.12.00	Café não torrado, descafeinado
0901.21.00	Café não torrado, descafeinado
0901.22.00	Café torrado, descafeinado
0901.90.90	Sucedâneos do café contendo café
0904.20.10	Pimentos doces ou pimentões, não triturados nem em pó
0910.40	Tomilho, louro
0910.91.90	Misturas de especiarias, trituradas ou em pó
0910.99.99	Outras especiarias, trituradas ou em pó, com exceção das misturas
Ex 1008.90.90	Quinoa
1105	Farinha, sêmola, pó, flocos, grânulos e "pellets", de batata
1106.10.00	Farinhas, sêmolas e pós, dos legumes de vagem secos da posição 0713
1106.30	Farinhas, sêmolas e pós, dos produtos do capítulo 8
Ex 12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens, com exceção dos produtos das posições 1212.91 e 1212.99.20
13	Beterraba forrageira, nabos e outras raízes forrageiras
1503.00.19	Estearina solar e óleo-estearina não destinados a usos industriais
1503.00.90	Outras, exceto estearina solar e óleo-estearina para usos industriais e "óleo de sebo" que se destine a usos industriais exceto para fabricação de produtos para alimentação humana
Ex 1504	Gorduras, óleos e respectivas frações, de peixes ou de mamíferos marinhos, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, exceto os produtos da posição ex 1504.30.10 (óleo de baleia e de cachalote)
1505.00.10	Suado em bruto
1507	Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
1508	Óleo de amendoim e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
1511.10.90	Óleo de palma em bruto, exceto que se destinem a usos técnicos ou industriais que não sejam para fabricação de produtos para alimentação humana
1511.90	Outros
1512	Óleos de girassol, de cártamo ou de algodão, e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
1513	Óleos de coco (óleo de copra), de "palmiste" ou de babaçu, e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
1514	Óleos de nabo silvestre, de colza ou de mostarda, e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
1515	Outras gorduras e óleos vegetais (incluído o óleo de jojoba), e respectivas frações, fixos, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
Ex 1516	Gorduras e óleos animais ou vegetais, e respectivas frações, parcial ou totalmente hidrogenadas, interesterificados, reesterificados ou elaidinizados, mesmo refinados, mas não preparados de outro modo, com exceção dos produtos da posição 1516.20.10
1516.20.10	Óleo de ricino hidrogenado, denominados "opalwax" e suas frações, parcial ou totalmente hidrogenados, interesterificado, reesterificado ou elaidinizado, mesmo refinado, mas não preparados de outro modo, com

	exceção dos produtos da posição 1516.20.10
1517	Margarina; misturas ou preparações alimentícias de gorduras ou de óleos animais ou vegetais ou de frações das diferentes gorduras ou óleos do presente capítulo, exceto as gorduras e óleos alimentícios, e respectivas frações, da posição 1516
1518.00	Gorduras e óleos animais ou vegetais, e respectivas frações, cozidos, oxidados, desidratados, sulfurados, aerados (soprados), estandolizados ou modificados quimicamente por qualquer outro processo, com exclusão dos da posição 1516; misturas ou preparações não alimentícias, de gorduras ou de óleos animais ou vegetais ou de frações de diferentes gorduras ou óleos do presente capítulo, não especificadas nem compreendidas em outras posições
1521.90.99	Ceras de abelha ou de outros insetos, de origem natural
1522.00.10	Degras
1522.00.91	Borras de óleo e pastas de neutralização (soapstocks)
1601.00.10	Enchidos e produtos semelhantes, de carne, miudezas ou sangue: preparações alimentícias à base de fígado
	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue:
1602.20.11	De ganso ou de pato
1602.20.19	
	Da espécie suína:
1902.41.90	Pernas e pedaços de pernas, da espécie suína com exceção do porco doméstico
1602.42.90	Pás e pedaços de pás, da espécie suína com exceção do porco doméstico
1602.49.90	Outras, incluídas as misturas, com exceção do porco doméstico
1602.50.31	Da espécie bovina
1602.50.39	
1602.50.80	
	Outras, incluídas as preparações de sangue de quaisquer animais
1602.90.31	De caça ou de coelho
1602.90.41	De renas
1602.90.69	Outros
1602.90.72	
1602.90.74	
1602.90.76	
1602.90.78	
1602.90.98	
1603.00.10	Extratos e sucos de carne, peixes ou crustáceos, moluscos ou de outros invertebrados aquáticos, em embalagens imediatas de conteúdo líquido igual ou inferior a 1 kg
1604	Preparações e conservas de peixes; caviar e seus sucedâneos preparados inteiros a partir de ovas
1605	Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, preparados ou em conservas
1702.50.00	Frutose quimicamente pura
1702.90.10	Maltose quimicamente pura
1704	Produtos de confeitaria (incluindo o chocolate branco), não contendo cacau
18	Cacau e suas preparações
Ex 19	Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite, produtos de pastelaria, com exceção dos produtos das posições 1901.20.00 e 1901.90.91
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas
Ex 21	Preparações alimentícias diversas, com exceção dos produtos das posições 2106.90.30, 2106.90.51, 2106.90.55 e 2106.90.59
Ex 22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, com exceção dos produtos das posições 2204.10.11 a 2204.30.10, 2206.00.10 e 2208.40
2302.50.00	De leguminosas
2309.10.90	Alimentos para cães e gatos, acondicionados para a venda a retalho, não contendo amido ou fécula, xarope de glicose, maltodextrina ou xarope de maltodextrina, das subposições 1702.30.51 a 1702.30.99, 1702.40.90, 1702.90.50 e 2106.90.55, ou produtos lácteos
2309.90.91	Polpas de beterrabas, melaçadas
2309.90.93	Pré-misturas
2309.90.95	Outros
2309.90.97	
24	Tabaco e sucedâneos de tabaco manipulados
2814	Amoníaco anidro ou em solução aquosa (amônia)

2815	Hidróxido de sódio (soda cáustica); hidróxido de potássio (potassa cáustica); peróxidos de sódio ou de potássio
2817.00.00	Óxido de zinco; peróxido de zinco
2818.10	Corindo artificial, quimicamente definido ou não
2819	Óxidos e hidróxidos de cromo
2820	Óxidos de manganês
2823.00.00	Óxidos de titânio
2825.10.00	Hidrazina e hidroxilamina, e seus sais inorgânicos
2825.80.00	Óxidos de antimônio
2827.10.00	Cloreto de amônio
2827.32.00	Cloretos de alumínio
2830.10.00	Sulfuretos de sódio
2834.10.00	Nitritos
2835	Fosfinatos (hipofosfitos), fosfonatos (fosfitos), fosfatos e polifosfatos
2836.20.00	Carbonato dissódico
2836.40.00	Carbonatos de potássio
2836.60.00	Carbonato de bário
2841.61.00	Permanganato de potássio
2849.20.00	Carbonetos de silício
2849.90.30	Carbonetos de tungstênio
2850.00.70	Silicetos
2903	Derivados halogenados dos hidrocarbonetos
2904.20.00	Derivados dos hidrocarbonetos, apenas nitrados ou apenas nitrosados
Ex 2905	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados, com exceção dos produtos das posições 2905.43.00, 2905.44 e 2905.45.00
2907.15.90	Naftóis e seus sais, com exclusão do 1-naftol
2907.22.10	Hidroquinona
2909	Éteres, éteres-álcoois, éteres-fenóis, éteres-álcoois-fenóis, peróxidos de álcoois, peróxidos de éteres, peróxidos de cetonas (de constituição química definida ou não), e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados
2912.41.00	Vanilina (4-hidroxi-3-metoxibenzaldeído)
2914.11.00	Acetona
2914.21.00	Cânfora
2914.22.00	Cicloexanona e metilcicloexanonas
2915	Ácidos monocarboxílicos, acíclicos saturados e seus anidridos, halogenetos, peróxidos e perácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados
2916.11.10	Ácido acrílico
2916.12	Sais do ácido acrílico
2916.14	Ésteres do ácido acrílico
2917.11.00	Ácido oxálico, seus sais e seus ésteres
2917.12.10	Ácido adípico e seus sais
2917.14.00	Anidrido maléico
2917.32.00	Ortoftalatos de dioctilo
2917.35.00	Anidrido ftálico
2917.36.00	Ácido tereftálico e seus sais
2918.14.00	Ácido cítrico
2918.15.00	Sais e ésteres do ácido cítrico
2918.21.00	Ácido salicílico e seus sais
2918.22.00	Ácido o-acetilsalicílico, seus sais e seus ésteres
2918.29.10	Ácidos sulfossalicílicos, ácidos hidroxinaftóicos, seus sais e seus ésteres
2921	Compostos de função amina
2922	Compostos aminados de funções oxigenadas
2924.19.00	Amidas (incluídos os carbamatos) acíclicas e seus derivados; sais destes produtos
2924.21	Ureínas e seus derivados; sais destes produtos
2924.29.30	Paracetamol (DCI)



2924.29.95	Outros compostos de função carboxiamida
2926.10.00	Acrilonitrilo
2927.00.00	Compostos diazóicos, azóicos ou azóxicos
2929.10	Isocianatos
2930.40.90 2930.90.12 2930.90.14 2930.90.16 2930.90.20 2930.90.70	Tiocompostos orgânicos
2932.12.00	2-Furaldeído (furfural)
2932.13.00	Álcool furfurílico e álcool tetraidrofurfurílico
2932.21.00	Cumarina, metilcumarinas e etilcumarinas
2933.61.00	Melamina
2935.00.90	Sulfonamidas
2940.00.90	Açúcares quimicamente puros, exceto sacarose, lactose, maltose, glicose e frutose (levulose); éteres e ésteres de açúcares, e seus sais, exceto os produtos das posições 2937, 2938 ou 2939, exceto ramnose, rafinose e manose
3102	Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, azotados
3103.10	Superfosfatos
3105	Adubos ou fertilizantes minerais ou químicos, contendo dois ou três dos seguintes elementos fertilizantes: nitrogênio, fósforo e potássio; outros adubos ou fertilizantes; produtos do presente capítulo apresentados em tabletes ou formas semelhantes, ou ainda em embalagens com peso bruto não superior a 10kg
3204	Matérias corantes orgânicas sintéticas, mesmo de constituição química definida; preparações indicadas na Nota 1 do presente anexo, à base produtos orgânicos sintéticos dos tipos utilizados como agentes de avivamento fluorescentes ou como luminóforos, mesmo de constituição química definida
3206	Outras matérias corantes; preparações indicadas na Nota 1 do presente anexo, exceto das posições 3203, 3204 ou 3205.00.00; produtos inorgânicos dos tipos utilizados como luminóforos, mesmo de constituição química definida
3501	Caseínas, caseinatos e outros derivados das caseínas; colas de caseínas
3507	Enzimas; enzimas preparadas não especificadas nem compreendidas em outras posições
3802	Carvões ativados; matérias minerais naturais ativadas; negros de origem animal, incluindo o negro animal esgotado
3817	Misturas de alquilbenzenos ou de alquilnaftalenos, exceto das posições 2707 ou 2902
Ex 3823	Ácidos gordos monocarboxílicos industriais; óleos ácidos de refinação; álcoois gordos industriais, com exceção dos produtos das posições 3823.11.00, 3823.13.00 e 3823.19
3901	Polímeros de etileno, em formas primárias
3902	Polímeros de propileno ou outras outras olefinas, em formas primárias
3903	Polímeros de estireno, em formas primárias
3904	Polímeros de cloreto de vinilo ou de outras olefinas halogenadas, em formas primárias
3906.10.00	Polimetacrilato de metilo
3907.10.00	Poliacetais
3907.60	Poli (Tereftalato de etileno)
3907.99	Outros poliésteres, exceto os não saturados
3908	Poliâmidas em formas primárias
3920	Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico não alveolares, não reforçadas nem estratificadas, nem associadas de forma semelhante a outras matérias, sem suporte
3921.90.19	Outras chapas, folhas, tiras e lâminas, de plástico, com exceção dos produtos alveolares, de poliésteres, com exceção das folhas e chapas, onduladas
3923.21.00	Sacos de quaisquer dimensões, bolsas e cartuchos de polímeros de etileno
4010	Correias transportadoras ou de transmissão, de borracha vulcanizada
Ex 4104	Couros e peles curtidos ou endurecidos de bovinos (incluindo búfalos) e de equídeos depilados, mesmo divididos, mas não preparadas de outro modo, com exceção dos produtos das posições 4104.41.19 e 4107.49.19
4107	Couros e peles tratados após curtição ou endurecimento, incluindo couros apergaminhados de bovinos (incluindo búfalos) e de equídeos depilados, mesmo divididos

	Couros e peles tratados após curtimento ou endurecimento, incluindo couros apergaminhados
4112.10.00	De ovinos, sem lã, mesmo divididos, com exceção dos couros e peles da posição 4114
4113.10.00	De caprinos, sem lã, mesmo divididos, com exceção dos couros e peles da posição 4114
4114	Couros e peles acamurçados (incluindo a camurça combinada); couros e peles envernizados ou revestidos; couros e peles metalizados
4115.10.00	Couro reconstituído à base de couro ou de fibras de couro, em chapas, folhas ou tiras, mesmo enroladas
4202	Malas e maletas, incluídas as de toucador e as maletas e pastas para documentos e de estudantes, os estojos para óculos, binóculos, máquinas fotográficas e de filmar, instrumentos musicais, armas, coldres e artefatos semelhantes; sacos de viagem, termos para líquidos ou sólidos, bolsas de toucador, mochilas, bolsas, sacos para compras (sacolas), carteiras para dinheiro, porta-moedas, cigarreiras, tabaqueiras, estojo para ferramentas, bolsas e sacos para artigos de desporto, estojos para frascos ou jóias, caixas para pó-de-arroz, estojos para cutelaria, e artefatos semelhantes, de couro natural ou reconstituído, de folhas de plástico, de matérias têxteis, de fibra vulcanizada ou de cartão, ou recobertos, no todo ou na maior parte, dessas mesmas matérias ou de papel
4203	Vestuário e seus acessórios, de couro natural ou reconstituído
4410	Painéis de partículas e painéis semelhantes (por exemplo painéis denominados "waferboard" e "oriented strand board"), de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos
4411	Painéis de fibras de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos
4412	Madeira contraplacada ou compensada, madeira folheada, e madeiras estratificadas semelhantes
4418.10	Obras de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis para soalhos e as fasquias para telhados ( <i>shingles e shakes</i> ), de madeira
4418.20.10	Portas e respectivos caixilhos, alizares e soleiras, de madeiras tropicais referidas, na Nota 2 do presente Anexo
4418.30.10	Obras de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis para soalhos e as fasquias para telhados ( <i>shingles e shakes</i> ), de madeira
4420.10.11 4420.90.10 4420.90.91	Madeira marchetada e madeira incrustada; estojos e guarda-jóias, para joalharia e ourivesaria, e obras semelhantes, de madeira; estatuetas e outros objetos de ornamentação, de madeira; artigos de mobiliário, de madeira, que não se incluam no Capítulo 94
Ex 4420.90.10	Outras, de madeiras tropicais referidas na Nota 2 do presente Anexo
4503	Obras de cortiça natural
46	Tranças e artigos semelhantes, de matérias para entrançar; obras de espartaria ou de cestaria
4820.10.30	Blocos de notas, de papel para cartas e de apontamentos
4903.00.00	Álbuns ou livros de ilustrações e álbuns para desenhar ou colorir, para crianças
4905.10.00	Globos
4908	Decalcomanias de qualquer espécie
4909.00	Bilhetes-postais, impressos ou ilustrados; cartões impressos com votos ou mensagens pessoais, mesmo ilustrados, com ou sem envelopes, guarnições ou aplicações
4910.00.00	Calendários de qualquer espécie, impressos, incluídos os blocos-calendários par desfolhar
4911	Outros impressos, incluídas as estampas, gravuras e fotografias
50	Seda
Ex 51	Lã, pêlos de animais finos ou grosseiros, fios de crina, fios e tecidos de fios, com exceção dos produtos da posição 5105
52	Algodão
53	Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecidos de fios de papel
54	Filamentos sintéticos ou artificiais
55	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas
56	Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos; fios especiais; cordéis, cordas e cabos e suas obras
57	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis
58	Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas; tapeçarias; passamanaria; bordados
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para matérias têxteis de usos técnicos
60	Tecidos de malha
61	Vestuário e seus acessórios, de malha
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha
63	Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; vestuário usado e artigos têxteis usados
64	Calçado, planos e semelhantes; partes desses artigos

66	Guarda-chuvas, sobrinhas, guarda-sóis, bengalas, bengalas-assentos, chicotes e suas partes
69	Produtos cerâmicos
70	Vidro e suas obras
7117	Bijuterias
7202	Ferroligas, com exceção dos produtos da posição 7202.11
74	Cobre e suas obras
Ex 76	Alumínio e suas obras, com exceção dos produtos da posição 7601 (Alumínio em formas brutas)
Ex 78	Chumbo e suas obras, com exceção dos produtos da posição 7801 (Chumbo em formas brutas)
Ex 79	Zinco e suas obras, com exceção dos produtos das posições 7901 Zinco em formas brutas 7903 Poeiras, pó e escamas, de zinco
Ex 81	Outros metais comuns; "cermets"; suas obras, com exceção dos produtos das posições: 8101.10.00 Tungstênio (volfrâmio) e suas obras, incluídos os desperdícios, resíduos e sucata, em pó 8101.94.00 Tungstênio em formas brutas, incluídas as barras simplesmente obtidas por sinterização 8102.10.00 Molibdênio e suas obras, incluídos os desperdícios, resíduos e sucata, em pó 8102.94.00 Molibdênio em formas brutas, incluídas as barras simplesmente obtidas por sinterização 8104.11.00 Magnésio em formas brutas, contendo, pelo menos, 99,8%, em peso, de magnésio 8104.19.00 Outros 8107.20.00 Cádmio em formas brutas; pó 8108.20.00 Titânio em formas brutas; pó 8108.30.00 Desperdícios, resíduos e sucata 8109.20.00 Zircônio em formas brutas; pó 8110.10.00 Antimônio em formas brutas; pó 8112.21.90 Outros cromo em formas brutas; pó 8112.30.20 Germânio, em formas brutas; pó 8112.51.00 Tálho, em formas brutas; pó 8112.52.00 Desperdícios, resíduos e sucata 8112.59.00 Outro 8112.92 Outro 8113.00.20 Ceramais (cermets) em formas brutas
82	Alfaias, ferramentas, cutelaria, colheres e garfos, de metais comuns; suas partes de metais comuns
83	Artefatos diversos de metais comuns
8401.10.00	Reatores nucleares
8407.21.10	Motores para propulsão de embarcações, motores fora-de-borda, de cilindrada não superior a 325 cm <sup>3</sup>
8516.50.00	Fornos microondas
8519	Gira-discos (toca-discos), eletrofonos, toca-fitas (leitores de cassetes) e outros aparelhos de reprodução de som, sem dispositivo de gravação de som
8520.32.99	Digitais, com exceção dos de cassetes
8520.39.90	Gravadores de suportes magnéticos e outros aparelhos de gravação de som, com exceção dos que utilizam bandas magnéticas em bobinas, e permitindo a gravação ou reprodução do som, quer a uma só velocidade de 19 cm/s, quer a várias velocidades, das quais a velocidade de 19 cm/s associada exclusivamente a velocidades inferiores
8521	Aparelhos videofônicos de gravação ou de reprodução, mesmo incorporando um receptor de sinais videofônicos
8525	Aparelhos emissores (transmissores) de radiotelefonia, radiotelegrafia, radiodifusão ou televisão, mesmo incorporando um aparelho de recepção ou um aparelho de registo (gravação) ou de reprodução de som; câmeras de televisão, câmeras de vídeo de imagens fixas e outras câmeras ("camcorders")
8527	Aparelhos receptores para radiotelefonia, radiotelegrafia ou radiodifusão, mesmo combinados, no mesmo gabinete ou invólucro, com um aparelho de gravação ou de reprodução de som, ou com um relógio
Ex 8528	Aparelhos receptores de televisão, mesmo incorporando um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens, com exceção dos produtos da posição 8528.13.00 (Aparelhos receptores de televisão, mesmo incorporando um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens, em preto e branco ou outros monocromos), monitores e projetores de vídeo
8529	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 8525 a 8528
8540.11 8540.12.00	Tubos catódicos para receptores de televisão, incluídos os tubos para monitores de vídeos
8702	Veículos automóveis para transporte de dez pessoas ou mais, incluindo o motorista
8703	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para o transporte de

	peças (exceto as da posição 8702), incluídos os veículos de uso misto ("station wagons") e os automóveis de corrida
8704	Veículos automóveis para transporte de mercadorias
8705	Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto-socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias
8706.00	Chassis com motor, para veículos automóveis das posições 8701 a 8705
8707	Carroçarias para os veículos automóveis das posições 8701 a 8705
8708	Partes e acessórios de veículos automóveis das posições 8701 a 8705
8709	Veículos automóveis sem dispositivo de elevação, dos tipos utilizados em fábricas, armazéns, portos ou aeroportos, para o transporte de mercadorias a curtas distâncias; carros-tratores dos tipos utilizados nas estações ferroviárias; suas partes
8711	Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais
8712.00	Bicicletas e outros ciclos (incluindo os triciclos), sem motor
8714	Partes e acessórios dos veículos das posições 8711 a 8713
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios
91	Caixas de relógios, relógios e suas partes
9405	Aparelhos de iluminação (incluídos os projetores) e suas partes, não especificados nem compreendidos em outras posições; anúncios, cartazes ou tabuletas e placas indicadoras luminosas, e artigos semelhantes, que contenham uma fonte luminosa fixa permanente, e suas partes não especificadas nem compreendidas em outras posições
9503	Outros brinquedos; modelos reduzidos e modelos semelhantes para divertimento, mesmo animados; quebra-cabeças ("puzzles") de qualquer tipo

Fonte: Circular SECEX n.º 46, de 28/10/03